

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**ENZO ARAUJO TREBBI**

**O CASARÃO E O MUSEU DA ENERGIA DE SÃO PAULO**  
**Da riqueza do café à maloca ocupação**

**São Paulo  
2024**

# **O CASARÃO E O MUSEU DA ENERGIA DE SÃO PAULO**

**Da riqueza do café à maloca ocupação**

**Trabalho de Graduação Individual  
em Geografia II**

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Simone Scifoni

Aluno: Enzo Araujo Trebbi

Nº USP: 10822997

## ÍNDICE

<b>RESUMO.....</b>	<b>4</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>1. FORMAÇÃO DO BAIRRO.....</b>	<b>10</b>
1.1 - A riqueza do café.....	10
1.2 - Infraestrutura.....	13
1.3 - Segregação socioespacial.....	20
<b>2. A CONSTRUÇÃO DO “ESVAZIAMENTO” DO CENTRO.....</b>	<b>23</b>
2.1 - Urbanização.....	23
2.2 - Revalorização.....	26
2.3 - Políticas culturais.....	29
<b>3. O CASARÃO E O MUSEU DA ENERGIA.....</b>	<b>33</b>
3.1 - A memória urbana do Casarão.....	33
3.2 - O Museu como memória estrutural da segregação.....	44
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>56</b>

## RESUMO

O presente trabalho examina a trajetória histórica e urbana do *Casarão Santos Dumont*, atual Museu da Energia de São Paulo, situado no bairro Campos Elíseos, em São Paulo. Utilizando-se da geografia urbana crítica e do materialismo histórico-dialético, o estudo analisa o desenvolvimento e as mudanças ocorridas no bairro, sua valorização, decadência, e revalorização, por meio de uma releitura da memória urbana do Casarão, destacando a intervenção do Estado e de grupos empresariais nos processos urbanos e no projeto de “revitalização” desta área central da cidade, contribuindo para uma compreensão crítica da utilização do patrimônio cultural no planejamento urbano. Um dos primeiros bairros planejados de São Paulo, Campos Elíseos, foi originalmente concebido para abrigar a elite paulistana e prosperou devido ao capital advindo da produção do café, que impulsionou investimentos em infraestrutura e na construção de residências luxuosas como o *Casarão Santos Dumont*. Com a crise do café e a posterior industrialização, a área passou por um processo de desvalorização, marcado pela saída da elite e pela ocupação por classes menos favorecidas. A partir da década de 1980, o Casarão foi ocupado e transformado em moradia coletiva por movimentos de luta por habitação na área central da cidade. Na virada do século XXI, políticas públicas e projetos de revitalização urbana no centro da cidade, voltados para a valorização do capital, resultaram na expulsão das populações vulneráveis e na recuperação de imóveis para fins culturais. Após 20 anos de ocupação, em 2001, mediante a uma reintegração de posse, as famílias que ocupavam o Casarão são despejadas de forma forçada para o edifício ser restaurado e transformado no Museu da Energia de São Paulo. O estudo investiga como esta transformação se alinha aos processos de reprodução do capital e da segregação socioespacial no contexto das políticas de revitalização urbana, utilizando documentos, materiais iconográficos, cartográficos e bibliográficos para analisar a memória do Casarão e a dinâmica urbana de Campos Elíseos, evidenciando como as políticas de patrimonialização e os projetos de revitalização impactam na preservação histórica da memória urbana e na realidade social e econômica contemporânea.

**Palavras-chave:** Museu da Energia de São Paulo; reprodução do espaço; revalorização; revitalização urbana; segregação socioespacial.

## ABSTRACT

The present work examines the historical and urban trajectory of the *Casarão Santos Dumont*, currently the Museum of Energy of São Paulo, located in the Campos Elíseos neighborhood, in São Paulo. Utilizing critical urban geography and historical-dialectical materialism, the study analyzes the development and changes in the neighborhood, its appreciation, decline, and revaluation, through a reinterpretation of the urban memory of the Casarão, highlighting the intervention of the State and business groups in urban processes and the “revitalization” project of this central area of the city, contributing to a critical understanding of the use of cultural heritage in urban planning. One of the first planned neighborhoods in São Paulo, Campos Elíseos, was originally conceived to house the São Paulo elite and prospered due to capital from coffee production, which spurred investments in infrastructure and the construction of luxurious residences such as the *Casarão Santos Dumont*. With the coffee crisis and subsequent industrialization, the area underwent a devaluation process, marked by the exit of the elite and occupation by less privileged classes. From the 1980s onwards, the Casarão was occupied and

transformed into collective housing by housing struggle movements in the central area of the city. At the turn of the 21st century, public policies and urban revitalization projects in the city center, aimed at capital appreciation, resulted in the expulsion of vulnerable populations and the recovery of properties for cultural purposes. After 20 years of occupation, in 2001, through a repossession, the families occupying the Casarão were forcibly evicted so the building could be restored and transformed into the Museum of Energy of São Paulo. The study investigates how this transformation aligns with the processes of capital reproduction and socio-spatial segregation in the context of urban revitalization policies, using documents, iconographic, cartographic, and bibliographic materials to analyze the memory of the Casarão and the urban dynamics of Campos Elíseos, highlighting how heritage policies and revitalization projects impact the historical preservation of urban memory and contemporary social and economic reality.

**Key words:** Museum of Energy of São Paulo; reproduction of space; revaluation; urban revitalization; socio-spatial segregation.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho sintetiza os estudos e reflexões que, nestes seis anos como discente da Geografia na Universidade de São Paulo, estruturam o caminho de formação no interesse pela área da geografia urbana, especialmente os temas de patrimônio cultural, memória e segregação socioespacial.

O estudo toma como objeto de pesquisa o edifício conhecido como *Casarão Santos Dumont*, espaço em que funciona hoje o Museu da Energia de São Paulo [Alameda Cleveland, 601 - Campos Elíseos, São Paulo - SP (23°31'49.6"S, 46°38'36.4"O)], enquanto patrimônio tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) e enquanto produto e instrumento material da reprodução do capital no espaço urbano.

Os referenciais teóricos do trabalho abordam o campo da geografia urbana crítica, portanto, sob o debate teórico do materialismo histórico-dialético. Sem esta abordagem, torna-se difícil realizarmos uma discussão aprofundada e coerente referente a produção do espaço urbano no desenrolar das políticas culturais e ligadas ao patrimônio.

O foco do trabalho está no processo de formação e principalmente de “decadência”<sup>1</sup> - descaracterização de Campos Elíseos como espaço de residência de setores abastados da sociedade paulistana - do bairro para que se entenda a condição na qual o Museu da Energia de São Paulo será estabelecido. É neste sentido que a abordagem sobre os Campos Elíseos, no desenrolar da reprodução do capital no espaço urbano, percorre as fases de valorização do bairro; de “decadência” e desvalorização<sup>2</sup>; e por fim uma fase de revalorização<sup>3</sup>. Entretanto, procurou-se observar estes três momentos não apenas perante seus aspectos econômicos, mas considerou-se também as interações com os aspectos sociais, suas contradições e situações que marcam a memória de Campos Elíseos.

Parte desse processo que transforma a cidade desencadeia as condições para que o Estado e grupos empresariais intervenham no bairro por meio de

---

<sup>1</sup> HARVEY, David. in: BRANQUINHO, Evânio dos Santos. Campos Elíseos no centro da crise: a reprodução do espaço no centro de São Paulo. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 79.

<sup>2</sup> Neste sentido, redução dos investimentos de maior porte, aumento dos investimentos de menor porte, ligados principalmente ao comércio e serviços, e instalação de uma população de menor poder aquisitivo.

<sup>3</sup> Retomada, pela intervenção do Estado e de grupos empresariais, do processo produtivo com investimentos vultosos que intervêm diretamente na especulação imobiliária.

supostos projetos de “revitalização”<sup>4</sup>, a partir dos quais o poder público retoma a reprodução do capital para esta área específica do centro da cidade de São Paulo. Todo esse processo de transformação, tem consequências na forma como a propriedade privada da terra será reproduzida, já que esta se torna cada vez mais um meio de reprodução do capital através da extração de sua renda (Branquinho, 2007, p. 19).

A mudança na reconfiguração de novas formas urbanas e das relações sociais, vai servir de base para os conflitos entre os diversos segmentos sociais e econômicos envolvidos na dinâmica urbana do bairro em questão. Nesta perspectiva, as diversas formas e usos do espaço em curso nos Campos Elíseos produziram contradições que se expressam no espaço através do tempo e que são tomadas como objeto de análise da presente pesquisa.

O texto está organizado em três capítulos, os quais convergem na problemática central através de seus objetivos específicos, sendo eles : compreender como se desenrola o processo de formação e diferenciação do bairro Campos Elíseos a partir de uma análise histórico-processual; a problematização da transformação do bairro pela modernização da cidade; a crítica aos projetos urbanos de “revitalização” que, para o caso do bairro, serviu-se das políticas culturais de patrimonialização; perceber a abrangência histórica que remonta os diversos usos e tempos que percorrem o *Casarão Santos Dumont*; e por fim, refletir sobre a segregação socioespacial no estabelecimento e implementação do Museu da Energia de São Paulo.

O Casarão acompanhou, desde sua idealização e construção, o auge da formação dos Campos Elíseos, um dos primeiros bairros planejados da cidade de São Paulo no século XIX. Acompanhou também a sua desvalorização, quando antes de tornar o imóvel em museu, foi por vinte anos usado como moradia coletiva, diante da onda de ocupações de imóveis abandonados que marcam a memória do centro no início da década de 1980.

Além disso, referente aos projetos urbanos de revitalização, pretende-se compreender de que maneira a implementação do Museu pode ser interpretada enquanto caso representativo dos processos em curso na região, onde ocorrem

---

<sup>4</sup> Séries de intervenções urbanas, ou projetos urbanos, que tentam reestruturar o espaço por meio da renovação da infraestrutura como forma de atrair novos investimentos, promover uma revalorização do local e sustentar uma reprodução mais dinâmica do capital, mas consequentemente expulsam as populações mais pobres, expondo as contradições destes projetos e sua dimensão classista.

diversas situações conflitantes envolvendo o interesse dos moradores da região e daqueles que promovem a mudança radical do espaço urbano.

Tem-se como objetivo analisar de que forma imóvel reproduz as dinâmicas urbanas que atravessaram o bairro no século XX e XXI. Deste modo, um dos pontos fundamentais a ser destacado na discussão do trabalho é justamente o processo de despejo da população que ocupou o Casarão durante um período de aproximadamente 20 anos. Busca-se compreender como a reintegração de posse e a memória que se escolheu preservar ao tombar, restaurar e criar o Museu, explica-se na interpretação da dinâmica urbana em curso no bairro Campos Elíseos, região do centro da cidade de São Paulo.

A construção planejada do bairro Campos Elíseos remonta aos moldes estéticos das concepções urbanísticas de cidades europeias. Planejado para receber exclusivamente o alto escalão da elite cafeeira e os grandes proprietários de terra, o bairro caracterizou-se pela construção de diversos casarões que desfrutavam da chegada e da implementação privada da infraestrutura ligada aos serviços inovadores, como o saneamento e a eletricidade. Posteriormente, o processo de urbanização, modernização e crescimento espacial da cidade de São Paulo, no avanço do sistema capitalista em sua fase urbano-industrial, acaba por inserir o bairro e, conseqüentemente o Casarão, em um novo arranjo da dinâmica urbana.

Conjuntamente a esse momento, a crise do café, responsável pela mudança radical na economia nacional e na reorganização geográfica da cidade de São Paulo, gera a quebra do sistema urbano pré-existente, no qual o tempo passa a ser regido pela indústria, não mais pelo campo. No cenário da industrialização, a transferência do capital cafeeiro para o capital industrial, consolida o bairro Campos Elíseos para os investimentos espaciais seletivos ao processo industrial, como no estabelecimento de armazéns e fábricas na região. Concomitante a isto, em decorrência do processo de abandono e venda de algumas residências e do esvaziamento do bairro pela elite paulistana que nele residia, alguns edifícios são demolidos para serem transformados em galpões e tantos outros para serem alugados ou sublocados.

A luz desse momento, na metade do século XX, a região do centro passa a perder seu caráter de luxo ligado à elite. Questões referentes à insalubridade e ao preconceito, associados à grande concentração de pessoas imigrantes e operários



em péssimas condições habitacionais, passam a fazer parte do repertório e do discurso político daqueles que iniciam a defender a “revitalização” do bairro.

Após quase vinte anos de abandono por parte do Estado, a área do terreno do Casarão, no ano de 1983, passa por uma ocupação que vai sobreviver, entre indas e vindas, até 2001, quando o imóvel é definitivamente desocupado e dezenas de famílias que nele se abrigavam na luta por uma moradia digna são despejadas e postas na rua sem nenhuma outra alternativa oferecida pelo Estado. Mediante reintegração de posse forçada, a área onde está situado o Casarão, é então transferida para a Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo <sup>5</sup>. Após quatro anos de processo de restauração, preservação e demolição de alguns edifícios que compunham a área construída do terreno, o *Casarão Santos Dumont* passa a abrigar a sede administrativa da atual Fundação e Museu da Energia de São Paulo.

O processo de construção da narrativa histórica e da memória urbana do Casarão, alinhado ao processo de revitalização do centro da cidade de São Paulo, promovido pelo Estado e pelos interesses seletivos do setor privado, perpetua certa forma de apagamento histórico e de segregação socioespacial da população pobre moradora do centro.

Para dar conta desta discussão, o processo metodológico inicia-se no aprofundamento dos conhecimentos desenvolvidos durante estágio remunerado realizado no Museu da Energia de São Paulo durante o ano de 2019. Parte destes conhecimentos referentes à exposição de longa duração do Museu, são utilizados como fonte para compor a abordagem da memória urbana do bairro e do Casarão. Documentos públicos, *sites* na Internet, materiais iconográficos, cartográficos e bibliográficos (teses, livros e artigos) referentes à cidade de São Paulo, do bairro dos Campos Elísios e do Museu da Energia de São Paulo serviram como fontes no processo de interpretação da dinâmica urbana em curso no bairro. Por fim, como forma de responder a problemática acerca da expulsão dos moradores e do restauro do Casarão para a implementação do Museu, discute-se os acontecimentos presenciados no desenrolar da memória paralelamente ao decorrer da reprodução do espaço urbano.

---

<sup>5</sup> A Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, atualmente conhecida como Fundação Energia e Saneamento, é uma instituição sem fins lucrativos, brasileira, criada em 1998 e voltada à pesquisa, preservação e divulgação do patrimônio histórico e cultural dos setores de energia e de saneamento ambiental.

## 1. FORMAÇÃO DO BAIRRO

*Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento de perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. [...]*

*Walter Benjamin (2011, p. 224)*

### 1.1 - A riqueza do café

O processo de formação do Campos Elíseos enquanto bairro da região central da cidade de São Paulo envolve diversos elementos históricos, espaciais, políticos, econômicos e sociais que consolidam-se num complexo processo de construção material, e por consequência imaterial, do centro urbano e de sua memória urbana.

Para tanto, entender o que se passa na construção de uma das primeiras intervenções planejadas da cidade de São Paulo, como é o caso do bairro Campos Elíseos, deve partir primordialmente da compreensão de como se desenrola a dinâmica espacial que vai esculpir as especificidades desta área da cidade.

A parte primordial deste capítulo inicial trata do fator econômico catalisador dos primeiros avanços no processo da modernização e crescimento da cidade: o café. Neste sentido, a construção e formação do Campos Elíseos revela um bairro que foi moldado no processo de complexificação e avanço das relações capitalistas na produção do espaço, sendo destacada a valorização do solo pela construção planejada do bairro, do estabelecimento de uma elite abastada naquela área da cidade e da oferta de infraestrutura para a produção e para a conformidade de um centro urbano moderno interligado com a rede urbana do território.

De maneira geral, até o início do século XIX, ou até antes da década de 1860, São Paulo mantinha as características de uma cidade provincial, segundo Custódio (2012, p. 15) “ainda era ‘boca de sertão’”, com pouco interesse para a economia e a política do Estado de São Paulo (Branquinho, 2007, p. 31).

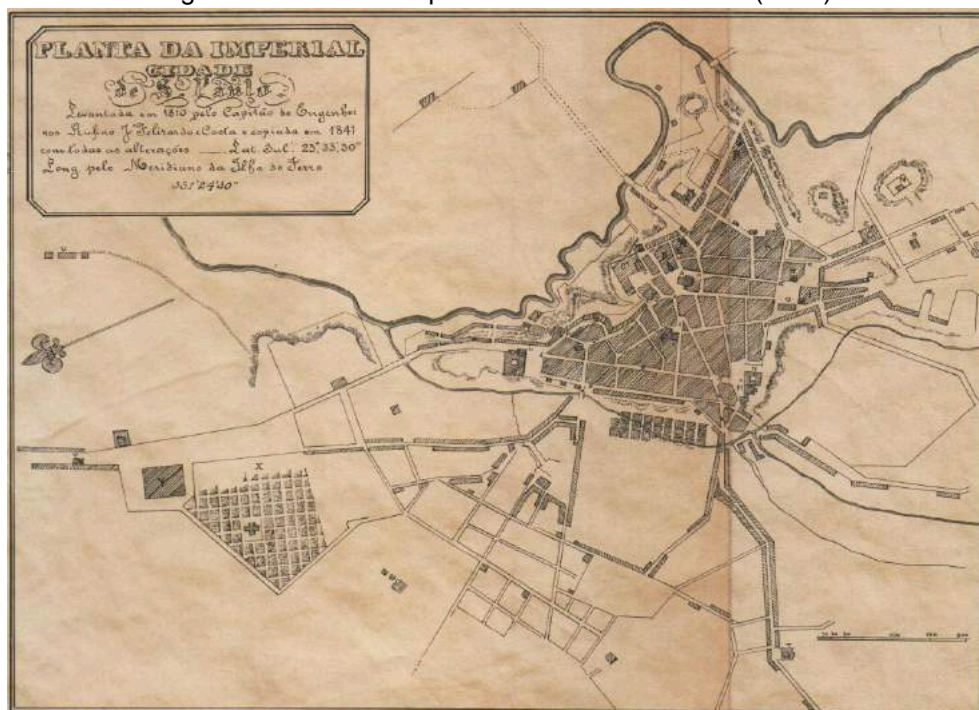
Figura 1 - Largo da Sé e as igrejas da Matriz e de São Pedro (1880).



Fonte: Marc Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles.

A área urbana da cidade estava contida praticamente em torno do antigo Núcleo do Triângulo e áreas adjacentes (Gouvêa, 2016, p. 119), constituído entre o Largo São Bento, o Pátio do Colégio e o Largo São Francisco. Para além deste núcleo mais ocupado, apresentavam-se casas de sítio, chácaras, áreas de mata e áreas alagadiças no entorno dos rios Tamanduateí e Anhangabaú.

Figura 2 - Planta da imperial cidade de São Paulo (1841).



Fonte: São Paulo antigo: Plantas da Cidade, Comissão do IV Centenário, São Paulo. Melhoramentos, 1954, escala original 1:200.<sup>6</sup>

A partir do fim do século XIX, com o capital gerado na economia cafeeira em alto processo de complexificação, tanto na economia nacional como na internacional, e expansão da produção para o Oeste do estado de São Paulo, ocorrem importantes mudanças na dinâmica da cidade (Campos, 2005). O café, a partir deste período, consolida-se como gênero agrícola responsável pelo impulsionamento do processo de crescimento e desenvolvimento de São Paulo, sob os interesses políticos e econômicos da elite que dele se enriquecia.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.arquiamigos.org.br/info/info20/i-1841a.htm>

Figura 3 - Jardins do parque do Anhangabaú (1925).



Fonte: Guilherme Gaensly/Acervo Instituto Moreira Salles.

Dessa maneira, visível na figura com a reforma do vale Anhangabaú e na construção de edifícios luxuosos, os recursos gerados pela venda do café enquanto capital, eram reproduzidos materialmente na cidade como forma de investimento, tanto “em atividades paralelas e ou atividades complementares à economia cafeeira” (Campos, 2005, p. 190), que por consequência promoviam a expansão, valorização e modernização da mesma.

## 1.2 - Infraestrutura

Diante da possibilidade de reproduzir o capital gerado pela economia cafeeira na construção da cidade, parte dos lucros foram investidos tanto na infraestrutura - imprescindível para o crescimento e para aumentar as taxas de retorno dos grandes produtores -, como no pequeno mercado imobiliário que começava a aflorar com a chegada de novos moradores.

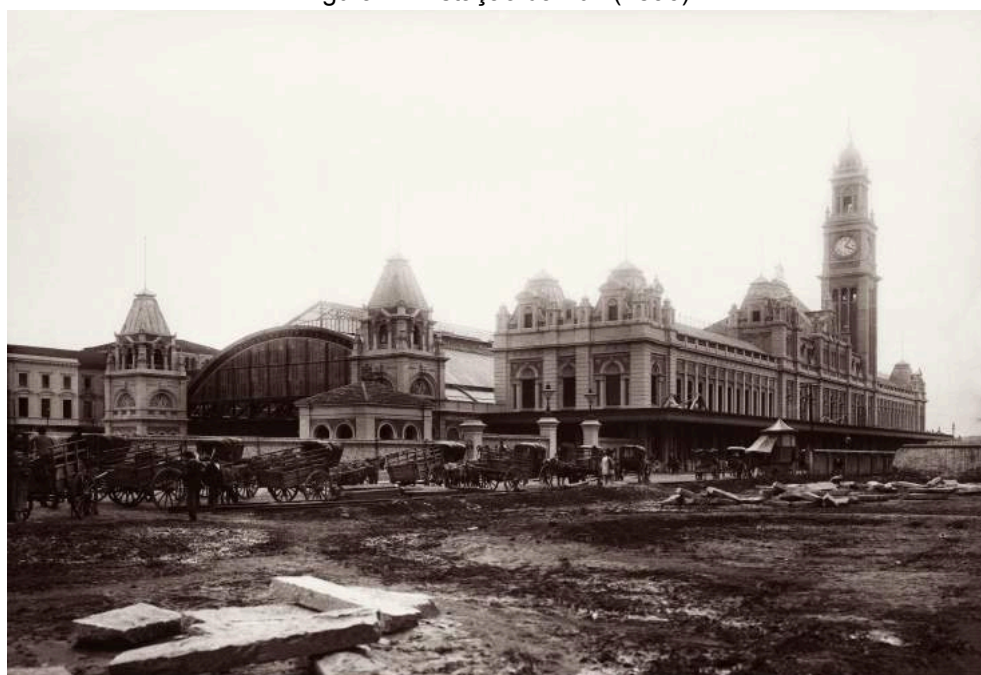
Apesar da base econômica ainda ser o campo, o fenômeno urbano avançou. Avançou por conta da revolução técnica ensejada pelas ferrovias, pois o binômio porto-ferrovia, a partir de 1860, redesenhou, no sentido de tornar complexa a rede urbana do território. Avançou com a entrada e consumo de produtos manufaturados e industrializados no país, e avançou ainda, por conta dos ecos da intervenção do Barão de Haussmann em Paris (Custódio, 2012, p. 16).

A estrada de ferro *The São Paulo Railway* inaugurada em 1867, que ligava Jundiaí a cidade de Santos, fruto inicial da parceria entre José Evangelista de Souza, o famoso *Barão de Mauá*, dono de diversas propriedades de terra e banqueiro, e investidores ingleses, marca historicamente a chegada dos grandes projetos de infraestrutura para o desenvolvimento da cidade (Stefani, 2007). Segundo Vanderli Custódio,

Os ingleses e canadenses aplicaram recursos em serviços urbanos em todos os grandes aglomerados da América Latina: energia, transporte e saneamento. Foi uma das estratégias do capital imperialista-monopolista em países politicamente independentes, mas pobres - a obtenção de concessões exclusivas por décadas (Custódio, 2012, p. 17).

Tanto a *The São Paulo Railway*, quanto a estação da Luz e a Estrada de Ferro Sorocabana, inaugurada em 1875, serviram para o escoamento das safras de café que vinham do Oeste do estado.

Figura 4 - Estação da Luz (1896).



Fonte: Marc Ferrez/Coleção Gilberto Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles.

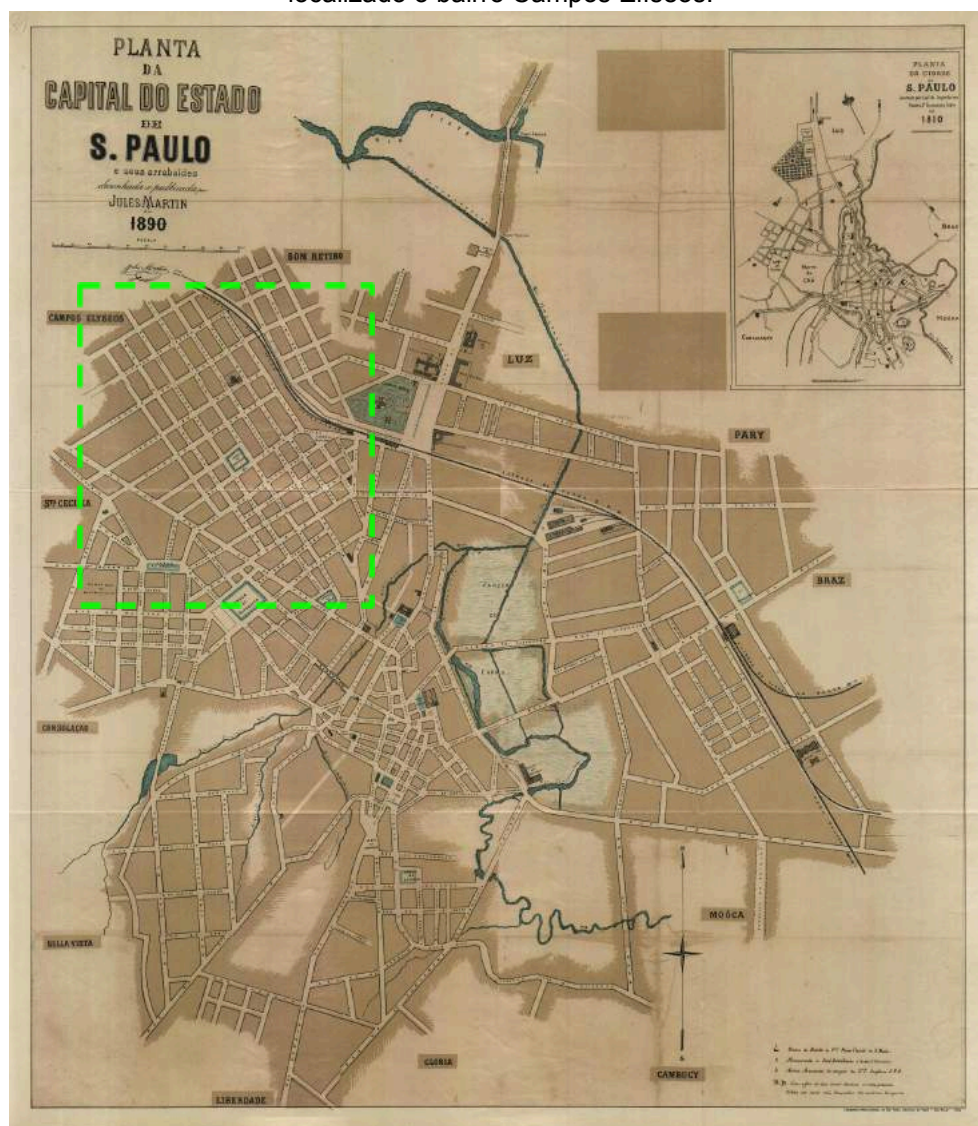
Além de favorecerem o processo de complexificação da economia cafeeira, as ferrovias possibilitaram também a chegada e a instalação das famílias abastadas, donas e produtoras das fazendas de café do estado de São Paulo, interessadas na facilidade de negociar e financiar o produto no meio urbano e interessadas em viver



a vida burguesa na cidade (Campos, 2005). Assim sendo, inicia-se a consolidação no bairro de uma elite política paulistana ligada ao café e seus interesses.

No momento da chegada da elite produtora em São Paulo, Frederico Glette, em 1878, outro famoso empresário paulista da época, iniciou a compra de chácaras e sítios para o loteamento e venda dos terrenos para as famílias abastadas que começavam a chegar na cidade pelos trilhos das estradas de ferro (Branquinho, 2007). O loteamento destes terrenos deu origem ao que Glette chamou de *Campos Elyseos Paulistano*.

Figura 5 - Planta da capital do Estado de S. Paulo (1890), na parte esquerda, ao centro, está localizado o bairro Campos Elíseos.



Fonte: São Paulo antigo: Plantas da Cidade, Comissão do IV Centenário, São Paulo. Melhoramentos, 1954, escala original 1: 400.<sup>7</sup> Modificado pelo autor: em verde destacada a área de Campos Elíseos.

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.arquiamigos.org.br/info/info20/i-1890.htm>

Diante do atual nome do bairro, Campos Elíseos, ou aquele nomeado por Glette, não são encontrados documentos que possam comprovar as relações destes com a região da Champs Elysées parisiense, embora o nome pareça indicar uma relação direta entre as duas localidades. Mas a construção planejada do bairro, suas ruas largas e arborizadas, com um traçado retilíneo bem delimitado e com distância equivalente entre as esquinas, equipara-se de fato aos moldes e influências europeias trazidas por aquela elite que consolidava-se materialmente naquela área da cidade.

O loteamento ficou marcado como o projeto que antecipou o *Código de Posturas* de 1886, que estabelecia normas para o retalhamento das propriedades e construção das residências no terreno (Branquinho, 2007, p. 42). A área do empreendimento de Glette, era notadamente construída e voltada para a classe abastada, que poderia despendar uma alta quantia em dinheiro por um terreno naquele loteamento planejado e construir sua residência longe da produção.

Figura 4 - Cruzamento entre a Al. Glete e a R. Cons. Nébias.



Fonte: Acervo da Fundação Energia e Saneamento. Sem data.

Outro fato que remonta às influências culturais europeias que penetravam a cidade, são os projetos arquitetônicos e decorativos que consolidavam as paredes das construções chamadas de Casarões, construções residenciais de grande porte e luxo, e inúmeros outros edifícios e palacetes construídos nesse período em toda a



cidade de São Paulo e principalmente no bairro dos Campos Elíseos (Branquinho, 2007, p. 63). Assim, a reprodução do modelo europeu na arquitetura, na vestimenta, no planejamento urbano, fazia parte de um processo de autoafirmação de uma elite política recém formada e fixada na cidade, que buscava a todo momento equiparar-se à vida europeia.

No final do século XIX, os interesses financeiros dos empreendedores crescem para além da infraestrutura e produção do café e passam a influenciar as novas possibilidades de reprodução do capital. O espraiamento da cidade e a diversificação e aumento da população, em decorrência da passagem do trabalho escravo ao trabalho livre, conforme coloca Martins (1996), proporcionam que a renda capitalista, sob a propriedade da terra, pudesse assumir um papel relevante na compra e venda de terrenos localizados nos arredores da cidade, no início do processo de urbanização e industrialização da cidade.

No Brasil, particularmente em São Paulo, a transição do escravismo para o trabalho assalariado se deu de modo planejado, controlado e relativamente lento, um processo de quase 40 anos, por iniciativa dos próprios fazendeiros de café. Através da figura de Antônio da Silva Prado, ministro do Império, foram eles que propuseram no Parlamento o fim da escravidão no formato que assumiu entre nós, como transição para o trabalho livre, mas não necessariamente para o trabalho assalariado no campo (Martins, 1996, p. 20).

A partir da transição, a classe dos produtores não teria mais o direito de explorar a pessoa escravizada como uma modalidade do capital. Dessa forma, grandes somas de capitais provenientes da renda sobre mão de obra escrava tiveram de ser incorporadas a uma nova renda capitalizada. A forma de solucionar este problema foi incorporar este capital vinculado à escravidão na compra e abertura de novas fazendas e propriedades, concomitantemente à chegada dos imigrantes, financiada pelo Governo, que, como trabalhadores livres, exerciam sua mão de obra nas lavouras dos latifúndios. Conforme explica Martins:

Sob essas condições, a formação de fazendas novas, ou a ampliação de antigas que ainda dispunham de terras virgens, transformou-se num novo e grande negócio. Além de produzir café, o fazendeiro passou a produzir, também, fazendas de café. A febril abertura de novas fazendas, depois da efetiva liberação da mão de obra, o deslocamento contínuo de fazendeiros de um lugar para outro em busca de novas terras, a rápida ocupação de regiões que ainda não haviam sido absorvidas pela economia de exportação, produziram, muito depressa, já no

começo do século xx, uma grande elevação no preço das terras (Martins, 1996, p. 65)

Conforme registra Martins, no processo de transformação da terra em propriedade privada e do capital em renda capitalizada, a seu modo, o grileiro substituiu o antigo traficante de escravos” (Martins, 1996, p.66) e nestas condições de mudança, o fazendeiro de café transitava para a figura de um “empreendedor capitalista” (Cardoso, 1960 p. 36), investindo na compra de terras, fora e dentro da cidade.

De acordo com estas novas circunstâncias para a exploração da produção de café, foram se criando as condições sociais e espaciais ideais para a industrialização e urbanização da cidade. A respeito dessas transformações, discorre Andrade:

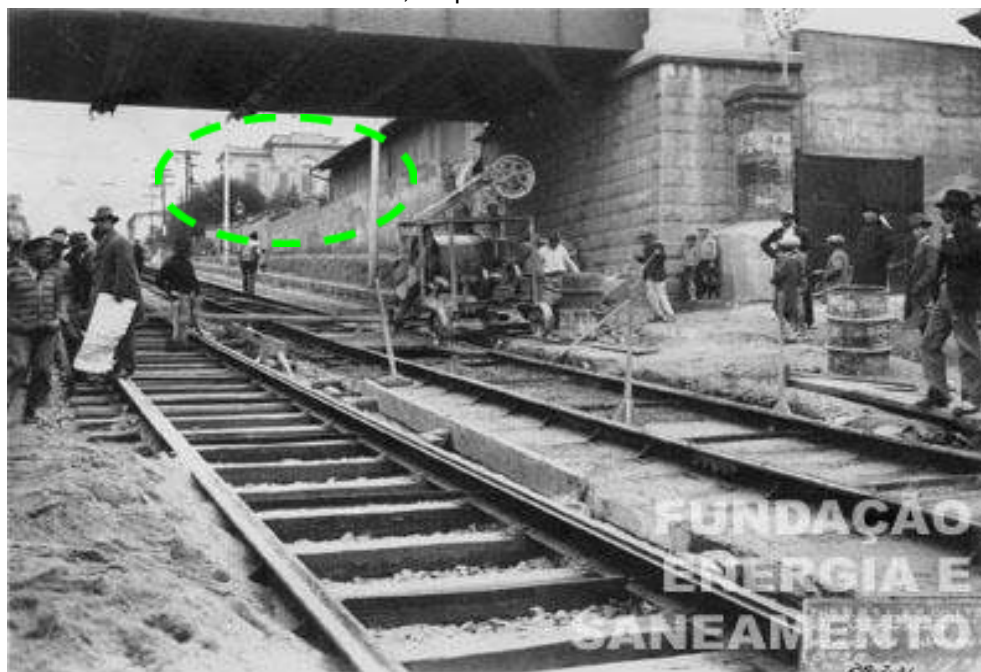
As transformações na cidade de São Paulo, que vão ganhar corpo principalmente nos últimos anos do século XIX, têm suas raízes em modificações profundas na sociedade brasileira que inicia o movimento pelo qual à base agrário-exportadora se agrega o componente urbano-industrial. (Andrade, 1991, p. 10)

Durante essa época, observou-se a mudança do eixo econômico do café, antes localizado principalmente no Vale do Paraíba, mas que passou a ser produzido amplamente nas terras do “Oeste Paulista” (Cardoso, 1960 p. 474). Essa mudança, acompanhou a chegada da ferrovia em São Paulo, que por sua vez, proporcionou o crescimento urbano com a chegada na cidade da família dos produtores fazendeiros e dos trabalhadores livres que não queriam mais viver exclusivamente da produção na terra. A respeito, sintetiza Fernando Henrique Cardoso:

A produção do café nos moldes em que foi empreendida no “Oeste Paulista” permitiu: a) a substituição da mão-de-obra escrava pela mão-de-obra assalariada [...]. E’ óbvio que tal fato teve um papel primordial no desenvolvimento da indústria, seja pelo afluxo de imigrantes que provocou, seja porque sem o trabalho livre não teria sido possível manter uma economia industrial em funcionamento [...]; b) o desenvolvimento de cidades e da pequena burguesia urbana, criando mercados para a indústria. A fazenda do “Oeste” deixou pouco a pouco de constituir-se como uma autarquia econômica, tornando-se dependente dos aglomerados humanos para a aquisição dos bens de consumo e demais produtos necessários à vida. [...] Isso permitiu o desenvolvimento de núcleos urbanos [...]; c) finalmente, [...] A iniciativa econômica capitalista daqueles homens pode ser aquilatada pela capacidade que tiveram de organizar e expandir rapidamente a rede ferroviária do café (Cardoso, 1960, p.475)

Perante a necessidade de comportar esses novos habitantes que garantiam o investimento industrial e o crescimento de São Paulo, a partir da década de 1860, a cidade começa a receber os primeiros melhoramentos urbanos, dentre os quais é possível citar: a chegada da iluminação pública com lâmpadas a gás (1872); a organização da Companhia Cantareira de Águas e Esgotos (1877); a inauguração do serviço de bondes (1872) (Campos, 2005); e mais tarde, a chegada da empresa canadense *Light and Power Co.* para atuar no serviço de transporte de bondes elétricos (1901) e iluminação da cidade (1911) (Pallamin, 2015, p. 2).

Figura 5 - Assentamento de trilhos na Al. Nothmann, Campos Elíseos, *Casarão Santos Dumont* está ao fundo, na parte central da foto.



Fonte: Acervo da Fundação Energia e Saneamento. Modificado pelo autor: em verde está destacado o *Casarão Santos Dumont*.

A expansão da cidade e dos seus bairros, como no caso do bairro em questão, e a instalação da infraestrutura básica vai se sucedendo de forma gradual (Branquinho, 2007, p. 45). No ano de 1893, após a incorporação da Companhia Cantareira pelo Estado (Custódio, 2012, p. 73), Campos Elíseos passou a ser um dos primeiros bairros a receber água encanada e rede de esgoto. Além disso, foi também um dos primeiros locais da cidade a receber iluminação pública e anos depois ainda contou com a chegada da iluminação elétrica gerida pela *Light and Power Co.* Todo esse processo de instalação gradual da infraestrutura foi acompanhado também pelos interesses das empresas privadas, que atuavam na

instalação de alguns serviços básicos essenciais em locais específicos e selecionados da cidade.

Atrelada ao interesse financeiro específicos sobre as diferentes áreas da cidade, a distribuição desigual da infraestrutura vai acompanhar de forma estratégica a segregação socioespacial das classes que estavam constituídas na cidade de São Paulo. Neste caso, o Campos Elíseos, fica marcado como o bairro da cidade predominantemente formado para receber a elite abastada, enquanto outras áreas da cidade, em contraposição, recebiam e abrigavam uma população com menor poder aquisitivo, a qual não podia pagar pela infraestrutura básica que incipientemente chegava à cidade.

### **1.3 - Segregação socioespacial**

Da acumulação gerada pelo avanço da economia cafeeira, a expansão do trabalho livre e entre outras mudanças, proporcionaram o avanço da modernidade industrial no centro da cidade de São Paulo. As atividades industriais instalaram-se, em sua grande maioria, nas áreas de várzea dos rios e próximas às ferrovias (Branquinho, 2007).

O bairro Campos Elíseos, que forma sua identidade de “bairro da nobreza”, serviu de exemplo para o Estado na representação de uma cidade moderna e nova, em contradição aos núcleos de padrão popular, sobretudo os surgidos ao longo das ferrovias, e aos bairros de população predominantemente imigrante e operária, como Bom Retiro, Brás e Belenzinho (Andrade, 1991, p. 19).

Em decorrência dessa proximidade indústria-ferrovia, os loteadores do mercado imobiliário começaram a investir, devido à crescente demanda por moradias, em loteamentos próximos a estas áreas de várzea para a construção de bairros populares e operários. A estruturação destes loteamentos e bairros populares, já acontecia desde o final do século XIX e continuaria acontecendo no início do século XX com a concepção do bairro da Barra Funda, Lapa, Ipiranga, entre outros, que vão apresentar essa relação com a produção fabril.

O fator comum que ligava todos estes bairros populares, além das fábricas e ferrovias, está relacionado ao alto grau de adensamento populacional, marcado na presença de cortiços e casas de aluguel, e a precária, ou falta total, de infraestrutura básica, que não era objeto de investimento do Governo do Estado e de sua elite política.

Em 1894, pelo estabelecimento do Código Sanitário, o Governo do Estado oficializou a operacionalização da segregação socioespacial contra as habitações coletivas e vilas operárias, que passavam a ser relacionadas à presença de doenças, pela falta de infraestrutura, e insalubridade, decorrente do adensamento habitacional (Pallamin, 2015, p. 1). Com a justificativa do combate aos focos de epidemias, as políticas higienistas para o saneamento da cidade são aplicadas sobretudo nestes núcleos de padrão popular.

O pensamento higienista sustentou a maior parte da reflexão urbana brasileira da segunda metade do século XIX. Em nome do combate aos miasmas, os sítios de inúmeras cidades, e as características de seus espaços construídos, começaram a ser detalhadamente analisados. [...] Seguindo preceitos que eram à época considerados científicos, os médicos não hesitaram em apontar soluções. As palavras de ordem emanaram do Rio de Janeiro, ricochetearam nas capitais provinciais, e acabaram por atingir também as cidades menores. Segundo os médicos, as epidemias poderiam ser contidas se algumas medidas profiláticas fossem tomadas: aterrar mangues, pântanos e brejos; arrasar colinas que impediam a livre circulação dos ventos; alargar ruas existentes e exigir que as novas se conformassem aos novos padrões; afastar as construções umas das outras; exigir que todos os cômodos das habitações tivessem janelas para o exterior; construir porões para separar a habitação do solo úmido; combater as habitações coletivas que a produção rentista de moradias disseminava pelas cidades; proibir enterros intra-muros; localizar adequadamente matadouros e fábricas que trabalhavam com matéria orgânica (de sabão e velas, curtumes, etc.); dar tratamento final adequado ao lixo e às "imundícies". (Abreu, 2001, p. 36)

Através das políticas higienistas que envolviam a cidade nos discursos da salubridade e da habitação, havia por detrás dos panos, a estratégia de expulsão da população pobre do centro da cidade. O discurso do saneamento e do higienismo na política urbana, para a melhoria da qualidade de vida, demarca mais uma estratégia que garantiria a continuidade do processo especulativo da acumulação capitalista sobre a renda da terra na cidade de São Paulo (Branquinho, 2007, p. 55). Segundo Custódio:

Na Cidade Industrial que surgia, a destinação indevida das águas usadas, ao causar doenças, fez a questão da salubridade se transformar em grande preocupação e aparecer como tal nos discursos dos poderes políticos da burguesia dominante, dos *progressistas* e dos *culturalistas*. Tornou-se questão primordial. Porém, apesar de uma legítima preocupação sanitária, outro objetivo era o de assegurar a circulação, aspecto fundamental para a economia industrial capitalista. Era preciso sanear para melhor circularem as mercadorias, a burguesia (Lefebvre, 1979, p. 44-55) e suas ideias. Ideias focalizadas do novo fato urbano na Europa e Estados Unidos, e que pouco tardaram a chegar em São Paulo (Custódio, 2012, p. 27).

Da possibilidade de reprodução do capital pela compra e venda de lotes de terra na cidade, outros loteadores vão dar continuidade ao movimento iniciado por Frederico Glette. Fugindo das várzeas e da proximidade com os bairros operários, além de reforçar a segregação socioespacial, loteadores compram as propriedades em direção ao espigão da Avenida Paulista e passaram a empreender em novos bairros para a elite. Estes que viriam posteriormente aos Campos Elíseos, o bairro de Higienópolis, loteado em 1889, também conhecido como “bairro da higiene” e os bairros próximos às imediações da Av. Paulista, concebidos a partir de 1891.

Figura 6 - Avenida Paulista (1905)



Fonte: Guilherme Gaensly/Acervo Instituto Moreira Salles.

A partir da crise do café, pós década de 1930, o Campos Elíseos deixará de ser considerado como a área mais abastada e luxuosa da cidade e por consequência passa a perder sua característica de abrigar exclusivamente a elite paulistana e setores mais abastados da sociedade paulistana.

A proximidade com bairros populares, a ferrovia, as indústrias, o aumento da circulação de pessoas de diversas classes sociais causou a fuga das famílias abastadas e da elite produtora e industrial para as novas áreas de empreendimento imobiliário de luxo que avançavam sobre São Paulo (Branquinho, 2007, p. 92). O bairro vai sendo aos poucos abandonado por esta classe social. Segundo o autor:

“O processo de descaracterização e decadência desse espaço como área residencial de uma elite seria definitivamente instaurado com a instalação da Estação Rodoviária em frente à praça Júlio Prestes em 1961” (Branquinho, 2007, p. 94).

Neste sentido, a Rodoviária vai acompanhar o processo de popularização e de desvalorização de Campos Elíseos devido ao aumento da circulação de pessoas e migrantes, de veículos, que trouxeram como consequência o saturamento do trânsito das ruas próximas, e da presença do comércio de pequenas lojas, camelôs, restaurantes, pensões, cortiços, hotéis, etc.

## **2. A CONSTRUÇÃO DO “ESVAZIAMENTO” DO CENTRO**

*A sociedade que modela tudo o que a cerca construiu uma técnica especial para agir sobre o que dá sustentação a essas tarefas: o próprio território. O urbanismo é a tomada de posse do ambiente natural e humano pelo capitalismo que, ao desenvolver sua lógica de dominação absoluta, pode e deve agora refazer a totalidade do espaço como seu próprio cenário.*

*Guy Debord (2017, p. 136)*

### **2.1 - Urbanização**

O segundo capítulo trata da importância da urbanização no entendimento das mudanças relativas ao processo de metropolização da cidade. As modificações que são historicamente notadas no bairro Campos Elíseos servem de evidência para a investigação e discussão do papel desempenhado pelo Estado e de investidores na reprodução do espaço, no movimento de valorização e desvalorização da dinâmica econômica do capital na produção do espaço.

Tendo em vista o abandono do bairro pela elite paulistana que procurava novos empreendimentos para habitar as proximidades do centro, reproduziam-se, além do processo da segregação espacial urbana, os interesses e desinteresses político-econômicos vinculados à fragmentação do espaço em curso na dinâmica urbana da cidade.

A expressão uma cidade em pedaços, para nós, significa a existência de indícios de rompimento da unidade diversa que é uma cidade, ou seja, representa haver rasgos no chamado tecido urbano, composto por retalhos diferenciados, mas que não deveriam significar fragmentação sócio-espacial e política, como vários processos têm indicado em São Paulo.

Os processos de segregação espacial urbana - autoimposta e induzida - existe desde o início da cidade em todos os modos de produção e são caracterizados pela localização de segmentos sociais empobrecidos, e mormente estigmatizados por sua posição na divisão social do trabalho, por seus aspectos étnicos e/ou culturais, em áreas carentes de infraestrutura física e social. No modo de produção capitalista, tais processos foram potencializados na medida em que a cidade tornou-se uma mercadoria (Custódio, 2012, p. 48).

Em geral, os valores negativos vinculados pelas classes sociais abastadas a esse processo estão ligados à depreciação do valor da propriedade do solo, na presença de uma população de baixa renda que passa a habitar o bairro construído para abrigar elite paulistana e da diminuição dos investimentos ligados aquela área da cidade.

Na década de 1930, diante da crise mundial gerada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York e de sua deflagração no Brasil com a crise na produção do café e da chegada de pequenas indústrias no centro da cidade de São Paulo, o bairro do Campos Elíseos passa a ter seus palacetes e casarões alugados e sub-alocados em decorrência da saída dos antigos proprietários e do avanço da desvalorização dos imóveis. Estes passam a servir de moradia para as classes sociais mais pobres, atraídos pela localização privilegiada em relação aos serviços e infraestrutura básica no centro da cidade (Branquinho, 2007, p. 19).

Observa-se neste momento, um processo de popularização do centro e do bairro, os pobres, os imigrantes, os pretos e prostitutas, deixados por detrás da cortina do protagonismo da formação e da memória da cidade, passam a incomodar a visão da elite paulistana, quando, de passagem pelo centro, observam da janela de seus carros os novos moradores deste local da cidade. Conjuntamente a isso, ocorre um processo de desvalorização, e do que a elite política passou a chamar de *degradação*, do bairro Campos Elíseos, incentivando desse modo a redução dos investimentos de grande porte ligados ao comércio e outros serviços (Branquinho, 2007, p. 19). De acordo com Alves:

Como vivemos em uma sociedade capitalista, em que as desigualdades e contradições sociais são marcantes, esse processo de transformação do Centro, principalmente pelo deslocamento de parte de



investimentos ou até mesmo pela não aplicação de novos, fez com que parte do setor comercial aí existente mudasse, principalmente quando se fala em consumo. Se antes, anos 1950, o Centro era tido como lugar de consumo principalmente das camadas de maior poder aquisitivo, desde a década de 1980, temos a proliferação de lojas populares. Ainda que haja resquícios, as lojas que atendem às camadas de maior poder aquisitivo se deslocaram para os *shoppings centers* ou áreas nobres e seletas da Cidade (a Rua Oscar Freire, no Jardins, é um exemplo disso) (Alves, 2004, p. 295).

Vale ressaltar, que durante o espraiamento da cidade e da desvalorização do centro, no qual são impostos os valores de “decadência”, valores depreciativos, de “degradação” e de “insegurança” atrelados ao Campos Elíseos, a gradual metropolização e as estratégias de urbanização são o resultado da quebra e fragmentação do sistema urbano preexistente por meio da implosão-explosão deste.

Analisando este caso da cidade de São Paulo à luz das discussões de Lefebvre (1991), o período posterior à crise do café, e enquanto o Campos Elíseos foi perdendo seu valor de núcleo de moradia da burguesia cafeeira para o avanço das indústrias, armazéns e da população operária e pobre que passa a habitar o bairro, deve ser entendido como o *ponto crítico* das transformações que um lugar pode sofrer para ocasionar a deterioração de sua identidade em detrimento da “engrenagem”.

Sim, esta cidade que atravessa tantas vicissitudes e metamorfoses, desde seus núcleos arcaicos que seguiram de perto a aldeia, essa forma social admirável, essa obra por excelência da práxis e da civilização se desfaz e refaz sob nossos olhos. A questão da moradia, sua urgência nas condições do crescimento industrial inicialmente ocultam e ocultam ainda os problemas da cidade. Os táticos políticos, atentos sobretudo ao imediato, só viram e só vêem essa questão. Quando emergiram os problemas de conjunto, sob o nome de *urbanismo*, foram eles subordinados à organização geral da indústria. A tacada ao mesmo tempo por cima e por baixo, a cidade se alinha pela empresa industrial; figura na planificação como engrenagem; torna-se dispositivo material próprio para se organizar a produção, para controlar a vida cotidiana dos produtores e o consumo dos produtos (Lefebvre, 1991, p. 81).

Diante das mudanças em curso, com o avanço do processo de urbanização e metropolização da cidade, visível no aumento da periferização e da verticalização, a perda do significado da cidade como obra, fruto da apropriação pelos seus habitantes, resulta do processo dialético e induzido que o autor chama de “crise da cidade”:

O urbano, não pensado como tal mas atacado de frente e de atrás, corroído, roído, perdeu os traços e as características da obra, da

apropriação. Apenas as coações se projetam sobre a prática, num estado de deslocação permanente. [...] A vizinhança se esfuma, o bairro se esboroa; as pessoas (os “habitantes”) se deslocam num espaço que tende para a isotopia geométrica, cheia de ordens e de signos, e onde as diferenças qualitativas dos lugares e instantes não tem mais importância (Lefebvre, 1991, p. 82).

Nesse processo, a *implosão-explosão* da cidade demarca os momentos desta crise. A marca da destruição interna da cidade, o ato de *implosão*, pode ser entendido como a perda do significado socialmente construído pelas classes abastadas do que foi morar na área central de outrora. Sendo um processo dialético, a implosão da cidade induz contraditoriamente sua *explosão* material e de seus problemas relativos à urbanização e à metropolização para além do centro da cidade. Cria-se a partir desse processo dialético as legislações e materialidades que suscitam a periferia em contraposição ao centro, já que os próprios trabalhadores que habitavam as áreas centrais começam a ser expulsos em direção as periferias.

A crise, como descrita por Lefebvre, tem implicações diretas na estrutura do espaço urbano e envolve um reordenamento espacial que implica também na destruição daquelas relações sociais que ali existiam e eram construídas. Neste sentido, torna-se pertinente verificar a atuação do Estado, considerando que é ele quem sustenta o ordenamento espacial e o desenvolvimento das relações capitalistas na sociedade.

Impedir o esgarçamento da organização social, manter a hierarquização dos lugares, funções e instituições, este é o principal papel do Estado, que se realiza em um espaço político, garantindo a reprodução em todos os seus aspectos: a) a reprodução biológica; b) a reprodução da força de trabalho; c) a reprodução das relações de produção. (Branquinho, 2007, p.23).

No caso dos Campos Elíseos, apesar da atuação do Estado estar relacionada desde sua formação e na implementação da sua infraestrutura básica, foi somente nas últimas décadas do século XX que ele assumiu a posição de intervir significativamente na mudança do bairro, por meio da realização dos projetos de revitalização urbana.

## **2.2 - Revalorização**

O movimento de desvalorização, traduzido pela “depreciação” da área, pode induzir um fator situacional de revalorização da reprodução do capital no bairro. A

revalorização, entendida como mais um processo da produção do espaço urbano, estará atrelada ao termo “revitalização”.

Neste caso, o termo sugere um contexto de recuperação da área considerada associada à pobreza, à degradação, à falta de higiene e à desvalorização. Sendo assim, a recuperação do Campos Elíseos, significaria a retomada do processo de valorização daquilo que foi uma vez construído como a área mais desejada pela elite paulista.

Para muitos, e como ideia muito divulgada e aceita socialmente, o aumento do trânsito de pedestres de baixo poder aquisitivo no Centro é um indicador da deterioração e estagnação da área. Aparentemente se associa população de baixa renda a problemas como degradação, violência, perigo e não a trabalho, produção e crescimento. Como nos alerta Chauí (1989: 57) os transeuntes, que por suas vestes apresentam não ter posse são ‘(...) considerados ignorantes, atrasados e preguiçosos, estando a polícia autorizada a parar qualquer trabalhador nas ruas, exigir a carteira de trabalho e prendê-lo para averiguação’. Tendo isso como plano de fundo, a ‘recuperação da área central’, os projetos ligados à revitalização do Centro de São Paulo, como que a seguir uma tendência mundial, procuram atrair um novo tipo de investimentos, criando estratégias espaciais que afugentem as camadas da população de menor poder aquisitivo (Alves, 2004, p. 295).

Com a efetiva desativação e transferência da antiga rodoviária em 1982 para o Terminal Tietê, que já tinha um projeto desde 1958 (Branquinho, 2007, p. 94) e, por possuir “melhor localização: junto à via expressa da marginal Tietê e integrada a linha do Metrô, representando assim um melhor fator situacional em relação a circulação e reprodução desse serviço” (Branquinho, 2007, p. 103), vai moldando-se um novo capítulo da produção urbana para o bairro, pois segundo o autor a grande possibilidade de reestruturação de Campos Elíseos ocorre com a redução da circulação de pessoas, veículos e comércio ligados ao terminal. Seguindo este processo, em 1988, no prédio da antiga rodoviária foi instalado um *shopping center*, “iniciativa de um grupo de lojistas de origem coreana, visando a exploração de um centro atacadista de confecções em expansão desse comércio típico no Bom Retiro” (Branquinho, 2007, p. 144).

A partir de 1990, as condições induzidas pelo Estado e pela elite empresarial de produzir a transformação da área que encontra-se “decadente” e “degradada”, na busca de retomar seu processo de valorização por meio da possibilidade de reprodução do capital numa nova fase de usos para o bairro e de seus arredores, vai tornando-se concreta. Como nota D’Arc: “É preciso ‘embelezar’ São Paulo afirma a

prefeita Marta Suplicy, eleita em 1999, em face de um espaço urbano central que foi particularmente prejudicado na década de 70 durante a qual se privilegiou a construção de vias de circulação rápida pelo meio da Cidade” (D’Arc, 2004, p. 344).

Entretanto, estas mudanças que o Estado junto com as empresas vão tentar alcançar, não vão estar isentas de suas contradições, mais uma vez, materializadas pela segregação socioespacial, como quando ocorreu a constituição da Favela do Moinho no Campos Elíseos. Conforme pontua Zanon,

Podemos dizer que a Favela do Moinho é uma ocupação habitacional que surge consequente à tendência de esvaziamento e à degradação do centro e, por isso, nos serve aqui como um exemplo muito rico, resultante das transformações centrais na cidade de São Paulo (Zanon, 2014, p. 235).

A comunidade em questão formou-se no início da década de 1990, contígua à linha de trem da CPTM, entre o Campos Elíseos e o bairro do Bom Retiro, num terreno pertencente à Rede Rodoviária Federal (RFFSA). A ocupação desta área pública, ocorre enquanto a Prefeitura desalojava moradores de outra favela no centro da cidade, favela do Gato, localizada nas margens do rio Tamanduateí (Branquinho, 2007, p. 106).

Promover a renovação do centro e do Campos Elíseos, a partir do setor de serviços e do setor da cultura, como sustentáculos desta nova fase da reprodução do capital, torna-se a principal perspectiva do Estado e de seus financiadores, nacionais e internacionais, para promoção dos projetos de revitalização.

Assinalemos, para demonstrar uma aproximação, que os ‘modelos’ se chocam no Centro de São Paulo, atraídos pelo gigantismo da problemática colocada, por uma inabalável crença na capacidade de inovação de uma cidade tal como essa e pela demanda de todos os azimutes expressados pelos poderes que a gerenciam sucessivamente: de Barcelona a Paris como já assinalamos, passando por Boston, onde o centro conheceu uma rica e longa experiência de gentrificação, reivindicada pelo Boston Bank, hoje em dia mecenas cultural no coração de São Paulo. **‘O Centro se transforma no maior pólo de atividades culturais da Região Metropolitana de São Paulo.** Ele recebeu investimentos para a construção de novos hotéis. Ele dispõe de uma infra-estrutura completa de telecomunicações, com redes de fibra óptica... **A requalificação do Centro será impensável nos investimentos públicos e privados que se orientam na direção dos equipamentos culturais,** dos serviços avançados e das novas opções de comércio, hotelaria e lazer’ lembra o Presidente do Banco de Boston do seu arranha-céu, onde aterrissar de helicóptero na pista do edifício vizinho ao Martinelli onde funcionam os serviços da municipalidade, notadamente a Secretaria do Planejamento (D’Arc, 2004, p. 352). (grifos nossos)

Diante desta situação, passa a ser necessário olhar para o modo de funcionamento das políticas públicas envolvidas na cultura e no patrimônio, uma vez que os processos de revitalização do centro da cidade fundam-se também no desenvolvimento das atividades culturais e dos complexos culturais.

### 2.3 - Políticas culturais

As intervenções e projetos de revitalização urbana que foram realizados a partir da década de 1980, mediante políticas urbanas, procuraram preservar os monumentos e bens históricos, na inserção destes em uma lógica que busque assegurar o patrimônio enquanto símbolo da memória celebrativa do Estado e dos setores associados a ele e enquanto instrumento utilizado na reprodução do capital dentro da lógica do mercado imobiliário altamente especulativo.

“Constitui-se, assim, um modelo de intervenção no patrimônio que tem sido entendido pelo Estado e pelos empreendedores urbanos como capaz de integrar-lo à dinâmica urbana conferindo-lhe uso e, portanto, presença no cotidiano das cidade e que foi disseminado mundialmente a partir de experiências europeias.” (Scifoni, 2022 p. 38)

A partir da parceria público-privada, várias intervenções desse tipo foram concebidas no bairro do Campos Elíseos e nos seus arredores. Podemos citar: o “*Programa Monumenta*”, lançado pelo Governo Federal no ano de 1997, que propôs realizar vultosos investimentos em cidades brasileiras com o objetivo de resgatar os centros históricos locais (Tozi, 2007); o “*Projeto Luz Cultural*”, lançado pelo Governo do Estado no ano de 1984, que tinha o intuito de restaurar os prédios históricos e praças, incentivando a participação de empresas e da população para o investimento e uso para atividade culturais dos equipamentos públicos e institucionais dos bairros da Luz, do Campos Elíseos, do Bom Retiro e da Santa cecília (Branquinho, 2007, p. 139); em 1986, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), aprovou o processo de tombamento de 47 imóveis no bairro Campos Elíseos, e de seu traçado urbano, de acordo com o interesse histórico, social, cultural e urbano para cidade <sup>8</sup>; em 1998, o “Projeto Luz”, realizado pela prefeitura e com ajuda dos recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento

---

<sup>8</sup> CONDEPHAAT. Processo de Tombamento dos Campos Elíseos nº 24.506/86, 1986

(BID), restaura prédios históricos e realiza modificações em partes do sistema viário da área “explorando o potencial (turístico) que a região oferece” (Branquinho, 2007, p. 145).

O Estado como regulador e controlador das intervenções no espaço público, passa, portanto, a incentivar a reprodução das relações sociais de produção com a criação destes complexos ligados à cultura. Configura-se, a partir dessas estratégias, um modelo que pretende transformar o lugar de moradia da população em detrimento de serviços voltados para as atividades culturais ligadas ao turismo.

Entretanto, no caminhar dos novos projetos e nas estratégias para o Campos Elíseos, é notada uma relação de disputa entre os moradores/trabalhadores, pretendentes de melhores condições de vida relacionadas a infraestrutura, moradia e trabalho, e os interesses financeiros das empresas investidoras nos projetos, nas áreas que começam a serem modificadas pelas transformações das renovações urbanas.

Em suma, a revitalização urbana, como novo estágio da reprodução do capital, não perde suas características ligadas à segregação. As intervenções projetadas de forma a modificar o centro tiveram como resultado literal o “saneamento” da região, a “higienização” e a expulsão de sua população pobre, em detrimento do consumo dos produtos culturais por uma elite que não vive mais no centro (Branquinho, 2007).

Diante deste cenário, a partir dos anos 1990, vai se consolidando o início da discussão sobre o papel que a preservação e restauração dos patrimônios culturais passam a ter nas intenções estratégicas do planejamento urbano por meio das políticas culturais (Scifoni, 2022, p.37). Os critérios e valores culturais, difundidos e reproduzidos pelo resto do mundo principalmente pelas experiências dos modelos europeus, são ligados à proteção de bens da aristocracia e da igreja, que passam a estar em risco, pela primeira vez na história, durante a Revolução Francesa (Choay, 2001 apud Scifoni, 2022, p.20).

Neste movimento de mundialização dessa lógica sobre o patrimônio, valores culturais ocidentais são difundidos como discurso legitimador da preservação de construções que apresentam uma herança coletiva ligada à memória do Estado e das classes dominantes.

Desse modo, o discurso autorizado coloca o patrimônio como uma coisa legitimada por um conjunto de conhecimentos técnicos gestados em determinados contextos espaciais e mundializados pela Convenção do Patrimônio da Unesco. A uniformização desse conjunto de saberes produz uma mentalidade autorizada, usando os termos da autora, que difunde consensos para a inclusão de construções ou práticas selecionadas e credenciadas para ser a herança coletiva, enquanto cria seu contrário, ou seja, invisibilidade de outras memórias ou sujeitos sociais. (Scifoni, 2022, p. 21)

Como desenvolve a filósofa Otília Arantes (2010), em consideração a possibilidade de atração de novos investimentos e da valorização do uso do solo pela proteção e conservação de equipamentos e edificações, vão sendo consolidadas as justificativas para as intervenções de “requalificação/revitalização urbana”, mediante o restauro e a conservação dos patrimônios. Neste sentido: “sabe-se que o capital sempre foi indiferente ao mundo concreto e múltiplo dos valores de uso, e que se participa desse mundo é na medida de sua própria valorização” (Arantes, 2010, p. 102).

Destas intervenções na reprodução do espaço, pensadas com o fim na simples reprodução do capital, está associada, como resultado de suas aplicações, a expulsão da população pobre e de menor poder aquisitivo que não pode pagar pelo aumento no preço dos aluguéis e do preço de venda dos imóveis. É certo que a elevação dos custos de moradia e do aumento do desemprego na região obrigam a saída da população menos abastada para as periferias.

As intervenções urbanísticas projetadas por meio das políticas culturais para a revitalização do centro em promoção do patrimônio histórico, não promoveram, de forma objetiva, a inserção de todas as classes sociais constituídas naquele território. O Estado e as empresas exploram a patrimonialização dos equipamentos públicos, no sentido de contribuírem para a revitalização das áreas centrais da cidade e da reprodução da valorização do capital. Mas neste sentido, também acabam por incentivar a expulsão de seus moradores (Scifoni, 2022, p. 28). Conforme colocam Meyer e Júnior,

O projeto propunha a criação de laços entre a comunidade e a área da Luz por meio de ações que trouxessem à tona novas percepções daquele espaço e novas formas de interagir com ele. Nesse sentido, várias atividades foram planejadas, com a expectativa de atingir cada vez mais setores da vida urbana local. Para tanto, tornava-se imprescindível a colaboração dos moradores, o que por si já seria uma resposta aos planos convencionais de renovação urbana, baseados na expulsão da população local, principalmente de baixa renda. (Meyer e Izzo Júnior, 2000, p. 134)

A perpetuação da exclusão e da segregação, como problema urbano do centro da cidade de São Paulo e do bairro do Campos Elíseos, demonstra o fato de que as políticas de patrimônio estão à serviço de determinadas classes sociais, contribuindo para ampliar a desigualdade e a segregação socioespacial. Scifoni adiciona,

Assim, a predominância do que é representativo das classes dominantes no conjunto da herança nacional protegida, bem como a concentração de bens do período colonial, validam uma determinada visão de sujeitos sociais e de passado, ou seja, reforçam a hierarquia social e a desigualdade de classes. Como ato comunicativo, comunica também a colonização como momento essencial e fundador em sua versão naturalizada e idealizada. (Scifoni, 2022 p. 23)

O patrimônio, por meio deste modelo, é pensado apenas para uma parcela da sociedade paulistana, aquela parcela abastada; aquela parcela que consome os equipamentos culturais eruditos; aquela parcela que historicamente tinha deixado as áreas centrais, como o caso do bairro do Campos Elíseos, e volta a visitá-las, ainda que turisticamente. Neste sentido, a valorização do patrimônio e da área do seu entorno, não estão em prol da diminuição da desigualdade e da melhora das condições de vida da população mais pobre.

Dentro dessa perspectiva possível de revalorização do bairro do Campos Elíseos, que o Casarão da Alameda Cleveland, ou ‘Casarão Santos Dumont’, ocupado desde a década de 1980, foi desocupado mediante reintegração de posse e expulsão arbitrária de seus moradores. O imóvel e seus aposentos, que serviram de abrigo para mais de 200 famílias ao longo de seus 20 anos ocupado, passaram repentinamente em 2005, a sediar a Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo e seu museu, o Museu da Energia de São Paulo.

A história urbana que percorre e recorta o Casarão, representa uma síntese muito clara da dinâmica de transformação do bairro Campos Elíseos e das estratégias políticas implementadas no desenrolar do processo de reprodução do espaço urbano na lógica da valorização, desvalorização, e, até certo ponto, de revalorização da área do centro, no que pese aos acontecimentos ocorridos no Campos Elíseos. Cabe a esse momento, debruçar criticamente os olhares para a história da dinâmica urbana em curso neste produto material da memória da formação dos bairros da região central da cidade de São Paulo.



### 3. O CASARÃO E O MUSEU DA ENERGIA

*Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E assim como a cultura não é isenta da barbárie, não o é, tampouco o processo de transmissão da cultura. [...]*

Walter Benjamin (2011, p. 225)

#### 3.1 - A memória urbana do Casarão

Dentre as principais construções que tiveram seu processo de tombamento iniciado na década de 1980, ligados à fase de formação do bairro do Campos Elíseos, podemos destacar o “*Casarão Santos Dumont*”, um complexo de edifícios localizado na esquina da Alameda Cleveland e da Alameda Nothmann, na região do centro de São Paulo.

Figura 7 - Localização do Museu da Energia de São Paulo.



Fonte: datageo.ambiente.sp.gov

A construção do palacete é datada entre 1890 - 1894, apresenta-se como uma residência de grande porte e de luxo. Inserida dentro dos padrões estéticos e técnicos dominantes na cultura eclética paulista do final do século XIX, a arquitetura e decoração seguem a lógica espelho do modelo europeu e atribui-se o projeto do

edifício ao escritório do arquiteto Ramos de Azevedo, responsável por inúmeros edifícios da cidade de São Paulo (Fundação Patrimônio histórico da Energia e Saneamento, 2018, p. 176)

Posterior a sua construção, o imóvel é vendido para Henrique Santos Dumont, filho e herdeiro de um dos maiores produtores de café do Brasil, do qual levava seu nome. Seu irmão, o notável aviador Alberto Santos Dumont, também usufruiu das riquezas de seu pai, o Rei do Café, ao financiar sua carreira de engenheiro na França e suas invenções. A propriedade abrigou parte da família Santos Dumont até o início do ano de 1926, nos princípios da crise do café, responsável pela mudança radical na organização geográfica da cidade (Fundação Patrimônio Histórico Energia e Saneamento, 2018).

Figura 8 - Família Santos Dumont em frente ao seu casarão, atual Museu da Energia de São Paulo.



Fonte: Fundação Casa de Cabangu.<sup>9</sup> Sem data.

O palacete foi vendido pela viúva Amália Ferreira Dumont para Blandina Ratto, descendente de imigrantes italianos que passaria a sediar no edifício o Colégio Stafford, internato com educação de alto nível para meninas, filhas de imigrantes abastados e da elite industrial e produtora do Estado de São Paulo. Com a aquisição pela nova proprietária, foram levantadas mais três construções no terreno do Casarão. Além da casa principal, antiga residência da família Dumont,

---

<sup>9</sup> Disponível em:

<https://www.estadao.com.br/fotos/cultura/casaroos-historicos-paulistanos-antes-e-depois/>

onde passou a funcionar como alojamento para as meninas, foi construído mais um palacete, do mesmo porte e estilo do primeiro, onde funcionavam as salas de aula. Ao lado deste novo edifício, foi construída uma pequena casa anexa onde funcionava a direção e servia de residência para a Blandina. Por fim, foi construído um galpão onde aconteciam atividades externas.

Da desativação do Colégio em 1951, em 1952, o Prof. e Dr. José Maria Freitas adquire o imóvel e nele passa a residir a sede da *Sociedade Pestalozzi*, entidade filantrópica que atendia pessoas com deficiência. Neste período é construído mais um edifício no fundo da propriedade. Posterior a transferência da sede para outras instalações, o imóvel em 1961 é desapropriado pela Secretaria de Finanças do Estado e fica abandonado por um longo período (Fundação Patrimônio Histórico Energia e Saneamento, 2018).

No cenário de abandono do imóvel, entre as décadas de 1980 a 2000, acompanhado pela situação de desvalorização do centro relacionada ao aumento da população pobre e saída da elite para outros bairros, ocorre uma onda de ocupações no Casarão e em diversos edifícios localizados no bairro do Campos Elíseos e na região central da cidade.

Foi diante do elevado estoque imobiliário ocioso e das dificuldades para conseguir avançar nos debates sobre as políticas habitacionais para a população de baixa renda no centro de São Paulo que, a partir de 1997, movimentos de moradia e sem-teto passaram a utilizar a ocupação de imóveis vazios naquela região da cidade como principal estratégia de pressão. Eram casarões, prédios e terrenos abandonados, domicílios vagos ou semi-utilizados, hospitais, ruínas de edifícios inacabados, instalações industriais e hotéis desativados, galpões alguns vagos durante décadas, com dívidas e impostos acumulados, que passaram a ser objeto de reivindicação e denúncia daqueles movimentos (Neuhold, 2009, p. 50).

Vale ressaltar que durante este período, no ano de 1986, o Casarão, e outros imóveis situados no bairro e o próprio traçado urbano vão fazer parte de um *Processo de Tombamento*, deliberado pelo CONDEPHAAT, considerando a importância histórica, urbanística e da conservação dos imóveis.

O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT, [...] Considerando que nos processos de desenvolvimento urbano das sociedades como a nossa, a preservação deve desempenhar papel de defesa do cidadão e de repropriedade, pelo habitante, daqueles bens de que é afastado por mecanismos de desequilíbrio econômico e social, como a lógica impecável da especulação [...] Considerando a importância histórica e urbanística do

bairro do Campos Elíseos, [...] Considerando que, apesar do processo de estagnação e modificação sofrido pelo bairro após a década de 30, um significativo conjunto de edificações e espaços urbanos conservam-se como testemunhos inestimáveis do período de formação e desenvolvimento do Campos Elíseos; Deliberou em sua sessão ordinária do dia 17 de março de 1986, abrir Processo de Tombamento do traçado urbano e de um conjunto de imóveis situados na área do bairro do Campos Elíseos, no município de São Paulo, [...] (Condephaat, 1986)

O casarão é ocupado pela primeira vez de 1983 a 1990, “marco do início das ocupações de imóveis vazios na área central da cidade de São Paulo” (Neuhold, 2009, p. 52), passa por uma primeira reintegração de posse e passa a pertencer a Secretaria da Criança, Família e Bem Estar Social em 1993. Em 1995, passa a ser administrado pela Secretaria do Estado da Cultura e no mesmo ano o casarão é ocupado novamente até 1997, onde passa por uma desocupação e novamente no mesmo ano é reocupado. Durante 20 anos, nessa longa onda de ocupações, ficaram responsáveis pelo edifício diversos movimentos de luta por moradia que foram se consolidando na região central da capital paulista.

Em 30 de março de 2001, a Secretaria de Estado da Cultura na prefeitura da gestão de Marta Suplicy, por meio de uma reintegração de posse, com auxílio da Tropa de Choque da Polícia Militar do Estado, desocupou o imóvel e despejou as famílias que ali habitavam sem nenhuma alternativa oferecida.

Figura 9 - Crianças moradoras do Casarão.



Fonte: Wagner Celestino/Livro fotográfico - *Cortiços: uma realidade que ninguém vê*. 1997.



Figura 10 - Detalhes da fachada do Casarão.



Fonte: Wagner Celestino/Livro fotográfico - *Cortiços: uma realidade que ninguém vê*. 1997.

Figura 11 - Vista do pátio do Casarão.



Fonte: Wagner Celestino/Livro fotográfico - *Cortiços: uma realidade que ninguém vê*. 1997.

Figura 12 - Crianças na fachada do Casarão.



Fonte: Wagner Celestino/Livro fotográfico - *Cortiços: uma realidade que ninguém vê*. 1997.

Posterior a desocupação, em junho daquele mesmo ano, o Estado transfere a sua administração para Fundação do Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento, que junto a participação de empresas privadas ligadas ao infraestrutura de São Paulo, restauram o Casarão para instalação do Museu da Energia de São Paulo e sede da Fundação.

A Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento, mais conhecida como Fundação Energia e Saneamento, é uma instituição sem fins lucrativos, brasileira, criada em 6 de março de 1998 e voltada à pesquisa, preservação e divulgação do patrimônio histórico e cultural dos setores de energia e de saneamento ambiental. Inicialmente fundada com a finalidade de preservar a memória e o patrimônio do gás e da eletricidade no Estado de São Paulo, incorporou a temática do saneamento à sua missão em 2004 (Fundação Patrimônio Histórico Energia e Saneamento, 2018, p. 10)

O histórico da constituição desta remonta o processo de privatização das empresas estatais do setor elétrico durante a década de 1990.

Nos anos 1980, as empresas energéticas estaduais paulistas desenvolveram atividades de memória empresarial visando à manutenção de seu patrimônio histórico, como ocorreu com a criação, em 1983, do Departamento de Patrimônio Histórico da companhia estatal Eletropaulo, herdeira do acervo da empresa canadense The São Paulo Tramway, Light & Power Co. Ltd., estabelecida na Capital em 1899.

A partir de 1995, com o Programa Estadual de Desestatização-PED, as empresas do setor elétrico entraram em um processo de privatização, o que levou a Secretaria do Estado da Energia a analisar qual seria a destinação dada a esse patrimônio. Em 1996, a Secretaria criou um grupo de trabalho para realizar um levantamento do acervo histórico das empresas energéticas paulistas vinculadas àquela Secretaria e avaliar a relevância deste acervo.

A partir das recomendações propostas por esse grupo de trabalho, em janeiro de 1997 foi criado um grupo executivo para organização e viabilização de uma fundação de direito privado, com o acervo recebido em doação das empresas energéticas (então sob controle acionário do governo estadual paulista, sucedidas pelas empresas Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., Bandeirante Energia S.A., Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. – EPTV, Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A – EMAE, Companhia de Gás de São Paulo – Comgás, Companhia Energética de São Paulo – Cesp, Elektro – Eletricidade e Serviços S.A., Duke Energy International Geração Paranapanema S.A., Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê e Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista).

Em 6 de março de 1998, a Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo foi instituída pelas empresas energéticas inseridas no Programa Estadual de Desestatização - Lei Estadual n.º 9.361, de 5 de julho de 1996. Mais tarde, em 2004, a instituição passaria à Fundação Energia e Saneamento (Fundação Patrimônio Histórico Energia e Saneamento, 2018, p. 11).

Além disso, a missão da Fundação seria a de “preservar, pesquisar e divulgar o patrimônio dos setores de energia e saneamento por meio de ações de educação e cultura, nos eixos de história, ciência, tecnologia e meio ambiente” e os objetivos são:

O desenvolvimento institucional, apoiando entidades públicas e privadas na realização de atividades de preservação do meio ambiente, de cultura e ligadas ao turismo ecológico; O recolhimento, guarda, pesquisa, inventário, preservação e difusão do patrimônio histórico e cultural referente à história da energia, do saneamento ambiental, do desenvolvimento econômico, da industrialização e da urbanização no Estado de São Paulo e no Brasil, disponibilizando-o ao público em geral, notadamente das comunidades em que atua (Fundação Patrimônio Histórico Energia e Saneamento, 2018, p. 11).

Vale ressaltar que a Função mantém diversos patrimônios distribuídos pelo Estado de São Paulo. Segundo a mesma, o patrimônio arquitetônico “é composto por edificações históricas e ecossistemas naturais que abrigam as unidades do Museu da Energia e as chamadas ‘Usinas-Parque’. Estes bens localizam-se nas cidades paulistas de Brotas, Itu, Jundiaí, Rio Claro, Santa Rita do Passo Quatro, Salesópolis e São Paulo.”<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Site da instituição. Disponível em:

<https://www.energiaesaneamento.org.br/acervo/patrimonio-arquitetonico/>



Dando continuidade, posteriormente à transferência do imóvel para a Fundação, no dia 16 de Janeiro de 2002, o Governo do Estado, pelo CONDEPHAAT, recebe a solicitação de aprovação do projeto de restauro do Casarão<sup>11</sup> para posterior constituição do Museu da Energia de São Paulo.

As intervenções nas edificações mais antigas, [...], consistem, principalmente, em fazer voltar a sua situação original, no que diz respeito aos elementos de revestimentos. Nota-se que houve a intenção de aproveitar ao máximo a disposição original das plantas, utilizando-se do recurso de demolir ou construir paredes, apenas em situações especiais, com o objetivo de melhor adaptá-los ao novo uso de museu. [...] Tendo em vista a iniciativa da Fundação da Energia em transformar em Museu da Energia o conjunto de edificações, em que uma delas, inicialmente, serviu de residência à família Dumont, empreendimento de alto significado para a região em que se insere e para o patrimônio arquitetônico paulista, e, ainda, pela qualidade e pertinência das propostas contidas no projeto de restauro, recomendamos ao Conselho que o aprove, assim como ao tombamento das edificações [...]. (Condephaat, 2002)

As ações do restauro vão se estender até o ano de 2005, quando o museu inicia suas atividades. Sendo assim, a Fundação Energia e Saneamento realiza as obras do restauro e da demolição de alguns imóveis que estavam até então constituídos no complexo. O casarão principal e mais antigo, que abrigou parte da família Dumont, passa a abrigar o Museu da Energia de São Paulo enquanto o casarão anexo, construído na época do internato feminino, passa a abrigar a sede da fundação, que mantém diversos museus ligados às empresas de energia e saneamento de São Paulo (Fundação Patrimônio Histórico Energia e Saneamento, 2018).

---

<sup>11</sup> CONDEPHAAT. Processo de solicitação de aprovação de projeto de restauro do imóvel localizado à alameda Cleveland, 601, esq. com alameda Nothmann e recomendação para o tombamento deste imóvel vizinho, nº 617, nº 422732/02, 2002



Figura 13 - Início do processo de restauro posterior a desocupação do casarão.



Fonte: Hélio Bertolucci Jr/flickr.<sup>12</sup> Sem data.

O desenvolvimento do Plano Museológico ocorreu de forma concomitante à abertura das visitas do público. Segundo Santana:

Em novembro de 2006 a Fundação aprovou a captação de recursos, através da Lei Rouanet, para viabilizar a elaboração do projeto museológico para o Museu da Energia de São Paulo, com base na concepção da exposição de longa duração que ele iria apresentar. Essa etapa, chama da fase de “pré-produção”, ocorreu no período de janeiro a novembro de 2007 e consistiu na formação de um grupo curatorial composto por consultores especialistas em diversas áreas que traçaram o perfil dessa instituição nos seus vários aspectos (Santana, 2011, p. 44).

O Museu da Energia de São Paulo, envolvido na diversidade de patrimônios do setor energético mantido pela Fundação, acaba, no desenvolvimento do plano museológico, por incentivar, em 2008, a criação da Rede Museu da Energia. A Rede tem por objetivo articular e fortalecer as ações dos museus que são geridos pela Fundação (Fundação Patrimônio Histórico Energia e Saneamento, 2018), estes são: o Museu da Energia de Itu, o Museu da Energia de Salesópolis e o Museu da Energia de São Paulo.

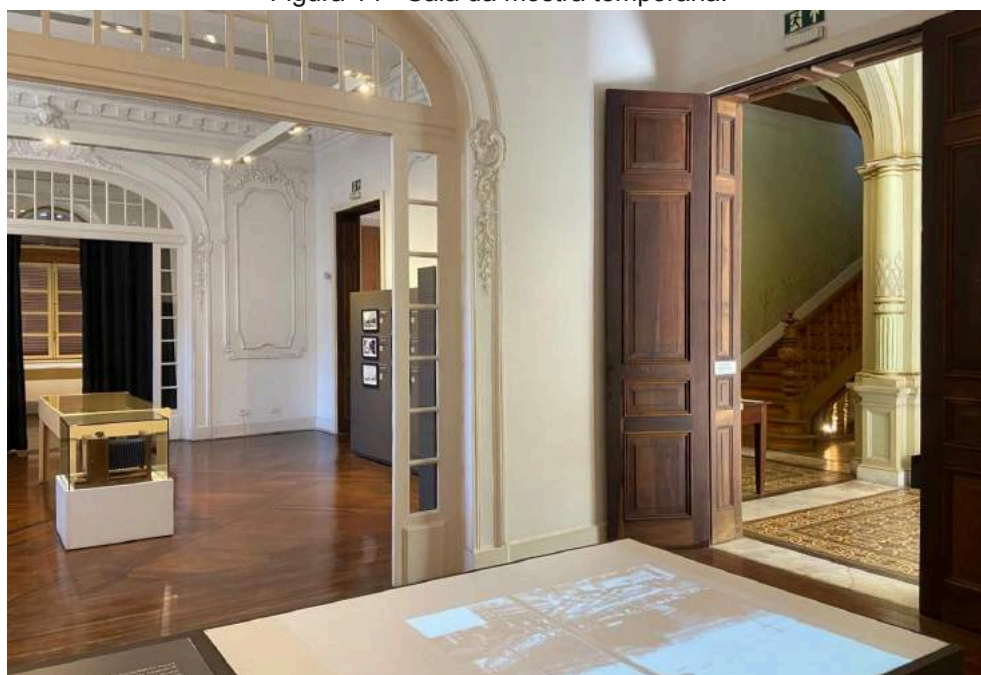
Constituídos a partir de diferentes contextos, seja de território, cidade, prédio, acervo ou equipes, **cada Museu desenvolve uma temática**

<sup>12</sup> Site de compartilhamento de fotos. Disponível em:  
<https://www.flickr.com/photos/heliobertoluccijr/281962921/in/photostream/>

**específica. Assim, o Museu da Energia de Salesópolis**, apoiado sob o tema “Energia e Meio Ambiente”, com uma PCH em funcionamento e em uma área de 156 hectares envolvida pela diversidade da fauna e flora da Mata Atlântica, debate questões sobre a geração de energia e o uso racional dos recursos naturais bem como promove trilhas para educação ambiental. **O Museu da Energia de Itu**, com sede em uma das primeiras casas da cidade a receber iluminação elétrica, desenvolve seus trabalhos sob o tema “Energia e Cotidiano” para discutir como essa tecnologia afetou a sociedade, seja possibilitando outro acesso à cidade e à vida noturna, seja na profusão de eletrodomésticos e no despertar de uma sociedade de consumo. **Já o Museu da Energia de São Paulo** possibilita refletir sobre “Energia e urbanização” e como a presença da iluminação pública e da energia elétrica foi fundamental para a expansão urbana e industrial da cidade nos últimos 150 anos. Localizado na intersecção dos bairros do Bom Retiro e Campos Elíseos, o edifício-sede desse museu se insere no processo histórico de ocupação do espaço, com a presença de diversos grupos de imigrantes e trabalhadores no bairro, marcado pelas mudanças sociais da cidade (Fundação Patrimônio Histórico Energia e Saneamento, 2018, p. 13). (grifos nossos)

Atualmente, as salas de exposição do Museu contam com equipamentos interativos, atividades de experiências científicas e projeções voltadas para refletir sobre questões atuais que envolvem a energia e o futuro. O recorte curatorial que orienta a exposição de longa duração, foca na história da expansão urbana e industrial da cidade de São Paulo. A mostra atual, aberta ao público em 9 de dezembro de 2023, lança a exposição: “Energia e Transformação”.

Figura 14 - Sala da mostra temporária.



Fonte: Acervo pessoal. 29/05/2023.

Figura 15 - Sala 5: “As Memórias do Casarão”.



Fonte: Acervo pessoal. 29/05/2023.

Figura 16 - Sala com objetos e instrumentos referentes à energia elétrica e ao saneamento.



Fonte: Acervo Pessoal. 29/05/2023.



Imagem 17 - Sala com experimentos científicos e equipamentos interativos.



Fonte: Acervo pessoal. 29/05/2023.

Um ponto a ser destacado da exposição é o espaço denominado: “As Memórias do Casarão”, o qual “apresenta os diferentes usos que o imóvel centenário, que abriga o museu, teve ao longo do tempo, como residência, escola e uma das primeiras ocupações de grupos em luta por moradia no centro da capital nos anos de 1980” <sup>13</sup>. Assim, a memória do casarão é dividida em quatro partes denominadas: Tempos do Café; Tempos do Saber; Tempos de Morada; e Tempos do Museu. Cada parte busca apresentar as diferentes formas de ocupação que compõem a herança do Casarão (Fundação Energia e Saneamento, 2023).

### **3.2 - O Museu como memória estrutural da segregação**

Quando o Museu da Energia de São Paulo passou a iniciar suas atividades em 2005, já encontrava-se inserido no circuito cultural da região central da cidade de São Paulo. No mesmo local em que está localizado o Museu, existem outras instituições culturais que foram construídas e/ou implementadas por meio de políticas culturais que servem ao interesse de uma nova onda de valorização espacial para aquela área da cidade, bem como a Sala São Paulo, inaugurada em

<sup>13</sup> Site da instituição. Disponível em:

<https://www.energiaesaneamento.org.br/museu-da-energia-de-sp-inaugura-nova-exposicao-de-longa-duracao-sobre-a-historia-e-evolucao-da-energia-em-150-anos/>

1999; o Museu da Língua Portuguesa, inaugurado em 2006; a modernização da Pinacoteca de São Paulo; o Memorial da Resistência, inaugurado em 2009; o SESC Bom Retiro, inaugurado em 2011 e o Espaço Cultural Porto Seguro, inaugurado em 2010.

Figura 18 - Foto do Casarão no fim do restauro.



Fonte: CONDEPHAAT.<sup>14</sup>

Para entender em que medida a constituição dessas instituições, no caso em pesquisa, o Museu da Energia de São Paulo, avança na compreensão da dinâmica urbana em curso no bairro Campos Elíseos, cabe evidenciar como a instituição justifica a implementação e atuação do Museu no bairro, em paralelo às políticas culturais de revitalização do centro levadas a cabo pelo Estado e pelos interesses das empresas ligadas aos negócios da produção do espaço urbano. Conforme afirma Harvey:

Nas últimas décadas, o empreendedorismo urbano se tornou importante tanto nacionalmente quanto internacionalmente. Por empreendedorismo urbano, entendo o padrão de conduta na governança urbana que combina poderes estatais (local, metropolitano, regional, nacional ou supranacional), diversas formas organizacionais da sociedade civil (câmaras de comércio, sindicatos, igrejas, instituições educacionais e

<sup>14</sup> Site do Condephaat. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/casaro-es-da-alameda-cleveland-e-residencia-vizinha/>

de pesquisa, grupos comunitários, ONGs etc.) e interesses privados (empresariais e individuais), formando coalizões para fomentar ou administrar o desenvolvimento urbano/regional de um tipo ou outro (Harvey, 2006, p. 230).

Neste sentido, entender os objetivos por detrás do processo de tombamento, restauração e implementação do Museu, através da expulsão, perpetuada pelo Estado, dos antigos moradores que ocuparam durante 20 anos o “Casarão Santos Dumont”, será primordial para a síntese, com foco no objeto de pesquisa, da dinâmica urbana do bairro. Segundo Branquinho:

O processo de revitalização dos centros urbanos torna-se assim uma nova fronteira para a reprodução do capital em âmbito mundial, no qual se instituiu uma “indústria da restauração”, com técnicas e materiais específicos, mão-de-obra especializada etc. A instituição de museus é um ponto relevante desse processo, pois além de movimentar esse setor de restauração investe na reprodução de um “capital simbólico” no contexto da “indústria cultural”, com a perspectiva de retorno para governos e empresas tanto em termos econômicos como de *marketing*, além de atrair toda uma cadeia de serviços para o entorno dessas intervenções visando atender um público privilegiado voltado ao “consumo cultural” (Branquinho, 2007, p. 162).

É dentro do contexto do processo de revalorização espacial, por meio do avanço de projetos de revitalização do bairro Campos Elíseos, que a ocupação do Casarão, vai passar pelo despejo e expulsão de seus moradores. Por fim, sofrerá algumas transformações estruturais e de restauro para concepção do Museu.

Aqui vale ressaltar que algumas estruturas no terreno do Casarão, como as “salas ao fundo do terreno que funcionavam como laboratórios vieram a ser demolidas no processo de restauro” (Santana, 2011, p. 43), assumidos pela Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo e realizados junto à participação de empresas privadas (Branquinho, 2007).

O projeto inicial, aprovado pela Lei Rouanet, tinha em vista a execução da obra de restauração de todas as edificações em 2003. Não tendo havido captação e, sob a responsabilidade do novo Conselho Curador, foi estabelecida uma divisão do projeto em etapas, e a revisão do programa de necessidades.

O projeto da Fundação ora representado, contempla a restauração e adaptação física do complexo, em 4 (quatro) fases, que são representadas a seguir: Fase 1 - restauro do Casarão, do anexo 1 e parte da área externa do imóvel. Após a intervenção, o casarão vai ser a sede do Museu da Energia de São Paulo - MESP, abrigando também a etapa inicial do Energarium. o anexo 1 será ocupado pela parte administrativa da Fundação. Fase 2 - restauro dos anexos 2 e 5 e do restante da área externa. O anexo 2 funcionará como loja e cafeteria e o anexo 5 como área

de exposições temporárias e/ou atividades educativas. Fase 3 - finalização da implantação do projeto, com a demolição dos anexos 3 e 4 e a construção de um novo edifício, que abrigará o Centro de informações Energéticas, Arquivo e Biblioteca. Fase 4 - restauro de pinturas decorativas do casarão e no anexo 2 (Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, 2003, s.p.).

A proporção que este processo de “revitalização” urbana ligado ao patrimônio e a cultura toma, pode ser evidenciado na viabilização do restauro do Casarão através de patrocínio via Lei Rouanet (Santana, 2011), orçado em torno de 4.300.000 (quatro milhões e trezentos mil) reais (Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, 2002, p. 8).

Além disso, segundo Santana, a lei federal conseguiu a captação de recursos para início de uma pré-elaboração do plano museológico, para a exposição de longa duração (principal mostra de um museu; personifica sua missão como museu) do Museu da Energia de São Paulo, seria elaborado pela:

**condução de uma empresa especializada na elaboração de projetos museológicos**, consultores de Engenharia, Arquitetura, Meio Ambiente, Comunicação Visual e Expográfica, História, Educação e Comunicação deram as suas contribuições para a concepção e execução do plano museológico, ou seja, o que será, para quem será, como será o Museu da Energia de São Paulo.

Nas discussões promovidas pelo grupo para trazer à baila quais necessidades sociais o Museu da Energia deveria atender foram levantadas as seguintes questões: a. A perspectiva da educação pelo patrimônio, já que o Museu está localizado num imóvel histórico, que lida com o imaginário de diversos grupos sociais submersos na cidade de São Paulo e, nesse sentido, **buscar também a valorização do bairro e da região da cidade onde o Museu se localiza**; b. O papel de possibilitar a reflexão sobre a importância que tem a história da ciência e da tecnologia para a ‘evolução social’ - como o mundo se desenvolveu a partir da evolução tecnológica, o que essa tecnologia fez e o que ela pode fazer no futuro; c. A importância de conhecer a história das atividades desenvolvidas pelo homem, mostrando o papel da energia no desenvolvimento e na transformação urbana da cidade e do estado de São Paulo; d. A sensibilização do público para a importância da preservação da memória do setor energético no estado de São Paulo e no Brasil; e. A conscientização para a cidadania: conhecer melhor a questão da energia para saber utilizar. Proporcionar o entendimento e a reflexão sobre as múltiplas formas de energia, seu uso responsável e suas aplicações possíveis, tangenciando a vida de cada um (a percepção de que se não descobrirmos novas formas de utilização da energia teremos problemas no futuro); f. Os impactos socioambientais da geração de tipos de energia diversos; g. O Museu da Energia de São Paulo como fonte de informação técnica para profissionais, estudantes e instituições do setor. (Santana, 2011, p. 45) (grifos nossos)

Diante dessas discussões, de acordo com o Projeto Museológico elaborado em novembro de 2003, um dos interesses para o Museu, esteve atrelado

diretamente às transformações espaciais promovidas no avanço das políticas culturais para a revalorização do bairro.

**A instalação do Museu da Energia de São Paulo e do *Energiarium*, juntamente com a sede da Fundação e do Centro de Informações Energéticas, de certo contribuirá para a revitalização social e econômica da região** que envolve a Estação da Luz e a Estação Júlio Prestes, além de tornar-se mais um exemplo de preservação nos Campos Elíseos, vindo a juntar-se a outras iniciativas pioneiras naquele bairro.

Uma das expectativas de uso encontra-se em transformar aquele espaço em um ponto de atração, dentro do circuito do turismo cultural da cidade. As perspectivas do turismo cultural em São Paulo apontam para um crescimento evidente, gerado pelos inúmeros negócios e eventos técnicos que aqui são realizados. Trata-se também de um movimento mundial, de expansão do turismo cultural, como reflexo da globalização e incentivado pelas facilidades de transporte e comunicação atuais. O Museu da Energia - MESP deverá ser parte dos roteiros turísticos já realizados pelo centro histórico, integrando-se e complementando a visita aos tradicionais espaços como o Pátio do Colégio, Praça da Sé, Pinacoteca do Estado, Estação Júlio Prestes, etc (Fundação Patrimônio Histórico da Energia, 2003, p. 8). (grifos nossos)

Seguindo essa linha de pensamento, “o Museu da Energia de São Paulo deverá trazer soluções novas, que possam atender ao desafio de se criar não apenas mais um núcleo museológico, mas um novo museu para a cidade de São Paulo, prevendo as tendências e necessidades da metrópole, neste início do século XXI” (Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, 2003, p. 8). Como Guy Debord indicou, a partir de Clark Kerr:

A cultura tornada integralmente mercadoria deve também se tornar a mercadoria vedete da sociedade espetacular. [...] a cultura deve desempenhar na segunda metade do século XX o papel motor no desenvolvimento da economia, equivalente ao automóvel na primeira metade e ao das ferrovias na segunda metade do século XIX (Debord, 2017, p. 150 - 151)

Assim, as mudanças notadas no bairro, com a implementação de um circuito de museus, devem ser entendidas como situações referentes ao processo de reprodução do espaço urbano, que avança/retrocede perante os ciclos econômicos sempre apoiados pelo Estado, o qual oferece incentivos fiscais para empresas e melhoramentos infra-estruturais para a população, no anseio contínuo de induzir e sustentar o processo de urbanização da cidade de São Paulo.

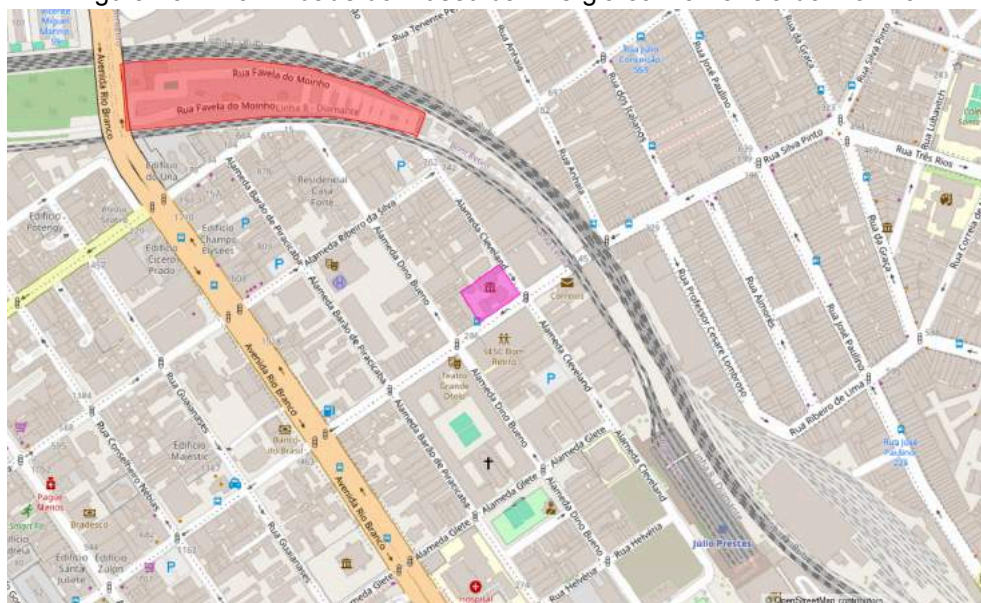
Esse tipo de governança urbana se orienta principalmente para a criação de padrões locais de investimentos, não apenas em infra-estruturas



físicas, como transporte e comunicações, instalações portuárias, saneamento básico, fornecimento de água, mas também em **infra-estruturas sociais** de educação, ciência e tecnologia, controle social, **cultura**, e qualidade de vida. O propósito é gerar sinergia suficiente no processo de urbanização, para que se criem e se obtenham rendas monopolistas tanto pelos interesses privados como pelos poderes estatais (Harvey, 2006, p. 232). (grifos nossos)

Em relação ao destino dos moradores ocupados no Casarão, a partir da desocupação, uma parte irrisória recebeu uma quantia em dinheiro como forma de indenização, outra parte foi despejada, o que motivou que um grande contingente de pessoas se transferissem para a Favela do Moinho e para outras ocupações dispostas no centro da cidade (Branquinho, 2007, p. 164). A proximidade entre o Museu e o Moinho, além da distância, remonta ao mesmo processo de revitalização que se iniciava no decorrer da década de 1980. Neste sentido, a revitalização das áreas centrais da cidade permeada pelas iniciativas da cultura e do patrimônio podem atualmente ser analisadas como excludentes e banalizadoras da injustiça social.

Figura 19 - Proximidade do Museu da Energia com a Favela do Moinho.



Fonte: datageo.ambiente.sp.gov

As políticas culturais envolvidas nos projetos do bairro Campos Elíseos e ligadas ao processo de tombamento e patrimonialização de imóveis considerados bens interessantes para a cultura patrimonial da cidade, avançam na tentativa de revitalização da área por meio da propagação de mais segregação socioespacial. Soma-se, a este processo de tombamento/restauro e ao desejo de revitalização do

bairro, uma contradição a concepção do Museu, que envolve a luta da população pobre do centro pelo direito à apropriação do espaço na conquista de uma moradia digna.

A expulsão e o despejo dos moradores do Casarão, caminha junto ao projeto político do Estado e é apoiado por demais setores em seu objetivo de transformar e retomar o status de *nobreza* da região que encontra-se como a representação da imagem do esquecimento, da degradação e do perigo associado ao centro da cidade.

A conclusão do restauro do imóvel, sob os incentivos do Estado em “revitalizar” e “requalificar” o centro da cidade, tentam a todo custo esconder, por meio da expulsão dos “indesejados”, as contradições, a miséria e a segregação associada à memória urbana da cidade de São Paulo e ao próprio processo de urbanização.

**A instalação** da sede **definitiva** da Fundação e do Museu da Energia - Núcleo de São Paulo no citado conjunto de imóveis **contribuirá para a revitalização dos espaços na região** que envolve a estação da Luz e a Estação Júlio Prestes, além de tornar-se mais um exemplo de preservação nos Campos Elíseos, vindo a juntar-se a outras iniciativas pioneiras naquele bairro (Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, 2002, p. 2). (grifos nossos)

O recorte histórico que foi valorizado tanto no restauro do Casarão como na elaboração da exposição de longa duração do Museu, associado a família Santos Dumont e a chegada da infraestrutura na cidade, serve como exemplificação dos interesses seletivos do governo e das empresas no setor da cultura.

Apesar de ter como objetivo: “estimular, refletir e investigar sobre os assuntos científicos dos recursos energéticos e tratar das dinâmicas urbanas e socio-espaciais na qual se envolvem, além de tentar promover e realizar a integração do território e o Museu, tornando evidentes as memórias da cidade”(Fundação Patrimônio Histórico Energia e Saneamento, 2018, p. 178), permanece uma representação parcial e sem aprofundamento crítico diante dos processos no qual o bairro e por consequência o Casarão, a Fundação e o Museu estão inseridos.

A seleção e reprodução de um espaço-tempo específico para envolver a memória cultural do “*Casarão Santos Dumont*”, está associado à imposição de um valor hegemônico ao imóvel, uma determinada forma de encarar a história e a

cultura que exclui os mais pobres, resguardado pelos interesses econômicos que adentram o patrimônio e as políticas culturais. Este tipo de valor está atrelado a representação histórica do poder diante da importância cultural e artística que o bem pode ter, ao invés de estar associado diretamente a um processo produtivo que gera valor. Como relembra Harvey,

O ponto de referência mais evidente onde esse processo funciona é o turismo contemporâneo, mas considero um erro basear a questão nisso. Pois o que está em jogo é o poder do capital simbólico coletivo, isto é, o poder dos marcos especiais de distinção vinculados a algum lugar, dotadas de um poder de atração importante em relação aos fluxos de capital de modo mais geral. [...] O capital simbólico coletivo vinculado a nomes e lugares como Paris, Atenas, Nova York, Rio de Janeiro, Berlim e Roma é de grande importância, conferindo a tais lugares grandes vantagens econômicas em relação a, por exemplo, Baltimore, Liverpool, Essen, Lille e Glasgow (Harvey, 2006, p. 233).

Neste sentido, coube à Fundação envolver o valor histórico e cultural que o imóvel possui, diante dos interesses atrelados à lógica de tornar o patrimônio cultural da cidade de São Paulo uma mercadoria consumível. Portanto, a constituição do que vai ser considerado como patrimônio tombado do Casarão, vai seguir um padrão europeu de valores e interesse.

De modo geral, o que foi mantido e restaurado no complexo do Casarão tem um “*valor arquitetônico*” ligado a aquilo que é esteticamente considerado como digno de prestígio. Como resultado desse processo de tombamento e de restauro, que prioriza valores estéticos e arquitetônicos, o patrimônio do Museu da Energia de São Paulo passa a espelhar a presença histórica das elites econômicas e políticas que concentraram-se naquela área, lembrando principalmente a época de formação do bairro Campos Elíseos.

A mercantilização da cultural desenvolve-se como mais um caso referente aos ciclos econômicos que agem no bairro e o Museu da Energia de São Paulo talvez tenha se encaminhado para essa situação, pois além da Fundação promover a seletiva seleção de certa memória e história específica a ser espetacularizada como herança coletiva daquele espaço, atualmente, a política de ingresso do ano de 2024 no Museu, reflete os interesses das estratégias tomadas a cabo para revitalização do bairro.

Figura 20 - Política de ingresso no Museu da Energia de São Paulo, 2024.

<b>POLÍTICA DE INGRESSO 2024:</b>
R\$ 10,00 Inteira
R\$ 5,00 Meia-entrada: Estudantes, pessoas com deficiência e um acompanhante, jovem de baixa renda com ID Jovem. Diretores, coordenadores pedagógicos, supervisores e titulares de cargos do quadro de apoio das escolas das redes públicas estadual e municipais de ensino. É necessário a apresentação de comprovante.
Ingresso Família: crianças até 7 anos são isentas e os responsáveis pagam Meia-Entrada.
Isenção: Moradores do território (Campos Elíseos e Bom Retiro), Professores, maiores de 60 anos, guias e monitores de turismo, membros do ICOM e funcionários das empresas mantenedoras da Fundação Energia e Saneamento. É necessário a apresentação de comprovante.

Fonte: Imagem recortada do site do Muse.<sup>15</sup> Modificada pelo autor.

Quando cobra a entrada de visitantes por meio da venda de ingressos, a Fundação e o Museu visam atender um público privilegiado e voltado ao consumo da cultura. Vale ressaltar, ainda que não haja uma política de incentivo para participação da comunidade do bairro, os únicos isentos da cobrança do ingresso na entrada, mediante comprovante, são os moradores do território do Campos Elíseos e do Bom Retiro, professores, maiores de 60 anos, guias de turismo, membro do Conselho Internacional de Museus e funcionários das empresas e mantenedores da Fundação.

O Campos Elíseos e, especificamente aqui analisado, o Casarão transformado em Museu da Energia de São Paulo, são casos representativos das transformações espaciais provocadas no desenrolar dos ciclos econômicos na cidade de São Paulo. A história que percorre o Casarão e de seus usos, representa uma síntese das transformações notadas no bairro no desenrolar da produção do espaço urbano.

Neste sentido, as transformações notadas no avanço da urbanização da metrópole, em específico, aos projetos de revitalização do Campo Elíseos, foram

<sup>15</sup> Site do Museu da Energia de São Paulo. Disponível em:  
<https://www.energiaesaneamento.org.br/museu/museu-da-energia-de-sao-paulo/>

realizadas pelo Estado e com o apoio de setores ligados a ele. Para tanto, as contradições que existem no processo de revitalização do bairro, aqui focadas no avanço da segregação da população mais pobre que passou a habitar o Campos Elíseos, vão se notando sustentadas junto a implementação dos complexos culturais, pois em seu fim perpetuam a expulsão tanto dos moradores mais pobres da região, devido a valorização dos imóveis e encarecimento dos aluguéis, quanto da expulsão das famílias que moram nos imóveis a serem destruídos ou restaurados para a implantação das instituições culturais, como ocorrido no caso do Museu da Energia de São Paulo.

## CONCLUSÃO

O cerne da pesquisa e, que orientou a regressão histórica, foi compreender a reprodução do capital pela reformulação do espaço urbano, sendo destacados os momentos de valorização, desvalorização e revalorização. Os momentos deste processo, evidenciados na transformação do espaço, vão construindo suas próprias contradições, expressas também no espaço e na dinâmica social.

O bairro Campos Elíseos, enquanto um dos primeiros bairros construídos com certo planejamento, foi uma área formada pelo loteamento de suas terras e propiciada pela acumulação de capital gerado principalmente na economia cafeeira. A construção dos casarões e de outros edifícios de luxo no bairro, desencadearam um movimento expansivo de especulação do capital imobiliário, que resultou na formação de novas áreas na cidade interessadas no investimento em imóveis para a elite paulistana. O *“Casarão Santos Dumont”* e os Campos Elíseos materialmente evidenciam as características da fase de valorização do processo de reprodução do capital apoiado na produção do espaço urbano.

A crise na economia do café, no fim da década de 1920, é o ponto crítico de mudança para o bairro. No avanço de um novo ciclo econômico apoiado no desenvolvimento industrial, com o aumento da população na cidade e de sua segregação na expansão das periferias, são as marcas do avanço do processo de metropolização de São Paulo. A reorganização espacial do capital que foi concebido inicialmente na formação do bairro, vai constituir a alteração do perfil predominante dos Campos Elíseos.

No desenrolar do século XX, a região passou a atrair, além de novos moradores, o comércio, a constituição de pensões e de cortiços, a construção de galpões ligados às fábricas, e passou, por consequência, a ter uma maior circulação de pessoas em seu entorno. Desta forma, a fuga da população mais abastada para novos loteamentos influenciou a desvalorização do bairro e possibilitou a ocupação por classes sociais de menor poder aquisitivo. Além dos Campos Elíseos, o Casarão também evidencia este processo. Da situação de abandono na qual o imóvel se encontrava desde 1952, acaba por ser ocupado no ano de 1983 por moradores do centro que lutavam organizadamente pelo direito à apropriação de espaço na conquista de uma moradia.

Este momento de desvalorização associado a “decadência” e a outros valores depreciativos, vai começar a ser parcialmente revertido no desenrolar da década de

1980, evidenciado aqui pela deliberação do processo de tombamento do traçado urbano do bairro Campos Elíseos e de um conjunto de imóveis situados na área, dentre eles estava o imóvel localizado na Alameda Cleveland nº 601, posteriormente nomeado de “*Casarão Santos Dumont*”, nosso objeto de pesquisa. A perspectiva deste processo foi de tentar interferir nas condições de uso dos imóveis da região, que começavam por atrair o interesse de empresas imobiliárias na retomada da valorização do bairro. Além disso, vale ressaltar que a desconcentração das fábricas, e da retirada da rodoviária que estavam constituídas no bairro, também proporcionaram o incentivo à transformação da área.

Diante deste contexto, tanto por parte do Estado como das empresas, existiu o interesse na retomada do processo de valorização imobiliária ligada a reprodução de capital no desenvolvimento urbano. É neste sentido, que o momento de revalorização deve ser entendido. Além do processo de tombamento de edifícios em Campos Elíseos, os projetos de revitalização, apoiados, com a participação dos poderes público e privado, na constituição dos complexos culturais ligados a memória urbana da cidade de São Paulo, tem como perspectiva uma estratégia política de intervenção urbana para dar continuidade ao processo de reprodução do espaço.

As consequências dessa forma de reprodução provocaram, no caso foco da pesquisa, a consolidação do despejo dos moradores e a desocupação do imóvel para a implementação, após restauro e, em conformidade aos valores históricos de interesse daqueles que encaminharam a reconstrução do centro da cidade e do Casarão, do Museu da Energia de São Paulo.

De forma geral, pode-se evidenciar que diante das fases de valorização, desvalorização e revalorização, no desenrolar da reprodução do capital diante da dinâmica urbana em curso na cidade e no bairro, tanto o restauro como da expulsão dos moradores ocupados no “*Casarão Santos Dumont*”, evidenciam que a implementação do Museu da Energia de São Paulo anda acompanhada pelas estratégias tomadas pela ação do Estado e das empresas em promover a revitalização da área central e tendo como resultado real o “embelezamento” da cidade em detrimento a segregação socioespacial das camadas menos abastadas da sociedade que lutam por uma moradia digna no centro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mauricio de Almeida. Cidade brasileira: 1870-1930. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: Unesp, 2001. P. 35-44.

ANDRADE, Margarida Maria de. *Bairros além-Tamanduateí: o imigrante e a fábrica no Brás, Moóca e Belenzinho*. 1991. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (orgs.). *A cidade do pensamento único : desmanchando consensos*. Tradução . Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

ALVES, Glória. Paisagens metropolitanas. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. (Orgs.). *Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI*. São Paulo: Contexto, 2004.

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2011.

BRANQUINHO, Evânio dos Santos. *Campos Elíseos no centro da crise: a reprodução do espaço no centro de São Paulo*. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CAMPOS, Cristina de. *A promoção e a produção das redes de águas e esgotos na cidade de São Paulo, 1875-1892*. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 189–232, 2005.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O café e a industrialização da cidade de São Paulo*. Revista de História, São Paulo, v. 20, n. 42, p. 471–475, 1960.



CARDOSO, Fernando Henrique, Condições Sociais da Industrialização de São Paulo. In: *Revista Brasiliense*, SP, n. 28, p. 31-59, 1960.

CELESTINO, Wagner. *Cortiços: uma realidade que ninguém vê*. São Paulo. Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste, 1998.

CUSTÓDIO, Vanderli. *Escassez de água e inundações na Região Metropolitana de São Paulo*. São Paulo: Humanitas/ FAPESP, 2012.

D'ARC, H R. Requalificar o urbano do século XX: projeto para o centro da cidade de São Paulo— mistura ou gentrificação. In: CARLOS, A .F. A; OLIVEIRA, A U. de. *Geografias de São Paulo: a metrópole do Século XXI*. São Paulo. Ed. Contexto, 2004, Volume II

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

GOUVÊA, José Paulo Neves. *A presença e a ausência dos rios de São Paulo: acumulação primitiva e valorização da água*. 2016. Tese (Doutorado em Tecnologia da Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

HARVEY, David. *Produção capitalista do espaço*. - 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2006.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo, 1991. - 5ª edição. São Paulo. Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev. 2006.

LEITE, Danieli Giovanini do Carmo. *O Museu da Energia de São Paulo e sua relação com o entorno*. 2023. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec. 1996. Acesso em: 10 abr. 2024.

MEYER, Regina M. P. e IZZO JUNIOR, Acino. *Pólo Luz: Sala São Paulo, cultura e urbanismo*. São Paulo: Associação Viva o Centro, 2000.

NEUHOLD, Roberta dos Reis. *Os movimentos de moradia e sem-teto e as ocupações de imóveis ociosos: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo*. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/D.8.2009.tde-09022010-130648. Acesso em: 2024-05-27.

PALLAMIN, Vera. *Espaços urbanos no despontar da metrópole paulistana: cisões, transformações, usos e contrastes*. 2015.

SANTANA, Cristiane Batista. Para além dos muros: *Por uma comunicação dialógica entre museus e entorno*. São Paulo, SP Secretaria do Estado da Cultura 2011. - 120 p. - (Coleção Museu Aberto) .  
[https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Para\\_Alem\\_dos\\_Muros\\_2011.pdf](https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Para_Alem_dos_Muros_2011.pdf) Acesso em: 30/04/2024

SCIFONI, Simone. Cultura e problemática urbana. in: Carlos, A. (orgs.) *Crise urbana*. Tradução . São Paulo: Contexto, 2015.

SCIFONI, Simone. *O patrimônio desigual: cidade, memória e a classe trabalhadora*. 2022. Tese (Livre Docência em Geografia Urbana e Patrimônio Cultural) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

STEFANI, Celia Regina Baider. *O sistema ferroviário paulista: um estudo sobre a evolução do transporte de passageiros sobre trilhos*. 2007. Dissertação (Mestrado

em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

TOZI, Desirée Ramos. *Primavera de estações: o programa Monumenta e as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural na região do bairro da Luz / São Paulo*. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/D.8.2007.tde-04122007-114906. Acesso em: 2024-06-04.

ZANON, B. *Um Enclave às Avessas: Favela do Moinho e o Muro da Vergonha*. REVISTA ENFOQUES (RIO DE JANEIRO) , v. 13, p. 225-250, 2014

### **Fontes Documentais**

CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo). Estudo de tombamento do Bairro de Campos Elíseos. Processo nº 24.506-86. São Paulo, 17 de março de 1986.

CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo). Solicitação de aprovação de projeto de restauro do imóvel localizado à alameda Cleveland, 601, esq. com alameda Nothmann e recomendação para o tombamento deste imóvel vizinho, nº 617. Processo nº 422732-02. São Paulo, 16 de janeiro de 2002.

FUNDAÇÃO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA ENERGIA DE SÃO PAULO. Dossiê PJ. Implantação Restauração Geral Projeto. Museu da Energia Núcleo de São Paulo. Maio de 2002

FUNDAÇÃO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA ENERGIA DE SÃO PAULO. Museu da Energia de São Paulo e Enegiarium. Plano Museológico. Novembro de 2003

FUNDAÇÃO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA ENERGIA E SANEAMENTO. Plano Museológico Rede Museu da Energia 2018 - 2021. 2018

FUNDAÇÃO ENERGIA E SANEAMENTO. Exposição de longa duração do Museu da Energia de São Paulo: Energia e Transformação. São Paulo, 2023.